

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 005

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANNIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Valdir Rossoni*  
*Líder da Oposição ..... Orlando Pessuti*  
*PTB ..... Ademar Traiano*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Hermes Fonseca*  
*PDT ..... Edgar Bueno*  
*PSDB ..... Sérgio Spada*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PSL ..... Edno Guimarães*  
*PST ..... Divanir Braz Palma*

## Representação Partidária

*PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE FEVEREIRO DE 2001**  
(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Carlos Belinati, Aparecido Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

**Indicações:**

**Of. 001/2001 - Liderança do PSB**

Curitiba, 20 de fevereiro de 2001.

Senhor Presidente.

Gostaríamos de comunicar Vossa Excelência sobre a escolha do membro do PSB - Partido Socialista Brasi-

leiro, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Foi decidido pelo nome do deputado Estadual Moysés Leônidas.

Para maiores informações, colocamo-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) **MOYSÉS LEÔNIDAS**

Líder do PSB

**Of. 003/2001 - PST**

Curitiba, 22 de fevereiro de 2001.

Senhor Presidente.

Venho por meio deste, indicar à Vossa Excelência, o nome do deputado Hidekazu Takayama, para concorrer ao sorteio dos membros que farão partes das comissões legislativas nesta Casa de Leis.

Certo de contar com a vossa atenção ao assunto em apreço, renovo na ocasião, votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) **DIVANIR BRAZ PALMA**

**Of. 010/2000**

Curitiba, 22 de fevereiro de 2001.

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente INDICAR a deputada Serafina Carrilho, como membro titular, para compor a Comissão de Constituição e Justiça nesta Augusta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e apreço

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) **PASTOR EDSON PRACZYK**

LCM/AL/19,180/2001

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e como líder do PSL - Partido Social Liberal, atendendo solicitação desta Presidência, comunica através do presente, os nomes dos membros do nosso Partido que participarão das Comissões Permanentes desta Casa, a saber:

Comissão de Constituição e Justiça

Membro: Antonio Carlos Belinati

Suplente: Geraldo Cartário

Comissão de Finanças

Membro: Geraldo Cartário

Suplente: Luiz Carlos Martins

Comissão de Orçamento

Membro: Geraldo Cartário

Suplente: Luiz Carlos Martins

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio

Membro: Luiz Carlos Martins

Suplente: Antonio Carlos Belinati

Comissão de Obras Públicas, Transportes  
e Comunicações

Membro: Antonio Carlos Belinati

Suplente: Geraldo Cartário

Comissão de Educação, Cultura e Esportes

Membro: Luiz Carlos Martins

Suplente: Antonio Carlos Belinati

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

Membro: Antonio Carlos Belinati

Suplente: Geraldo Cartário

Comissão de Segurança Pública

Membro: Geraldo Cartário

Suplente: Luiz Carlos Martins

Comissão de Saúde Pública

Membro: Antonio Carlos Belinati

Suplente: Geraldo Cartário

Comissão de Redação

Membro: Antonio Carlos Belinati

Suplente: Luiz Carlos Martins

Comissão de Tomada de Contas

Membro: Geraldo Cartário

Suplente: Luiz Carlos Martins

Comissão de Turismo

Membro: Antonio Carlos Belinati

Suplente: Geraldo Cartário

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Membro: Geraldo Cartário

Suplente: Luiz Carlos Martins

Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa

Membro: Luiz Carlos Martins

Suplente: Geraldo Cartário

Comissão de Mercosul

Membro: Antonio Carlos Belinati

Suplente: Luiz Carlos Martins

Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania

Membro: Luiz Carlos Martins

Suplente: Antonio Carlos Belinati

Comissão de Defesa do Consumidor

Membro: Geraldo Cartário

Suplente: Antonio Carlos Belinati

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Líder do PSL

Senhor Presidente.

Pelo presente INDICO o deputado Eli Ghellere, como titular para compor a Comissão de Constituição e Justiça desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) Líder do PDT

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 181

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 313/99, item 9 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO Nº 165

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04 e 05, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) DURVAL AMARAL

### REQUERIMENTO Nº 164

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido o espaço de 30 (trinta) minutos para apresentação alusiva ao dia Internacional da Mulher, pelo "Fórum Popular das Mulheres do Paraná", na Sessão Ordinária desta Casa de Leis, no dia 06 de março do corrente mês.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

### REQUERIMENTO Nº 183

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 01 (uma) sessão do Projeto de Lei nº 104/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

### REQUERIMENTO Nº 168

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

município de Campo Largo, pela comemoração de seus 130 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Campo Largo, vizinho da nossa capital completa amanhã (23 de fevereiro) seus 130 anos de emancipação política. No início da colonização do Paraná, Campo Largo era local de poso de tropeiros gaúchos que iam para São Paulo e também serviu de local para a criação de gado.

Campo Largo da Piedade foi elevado à categoria de Distrito Judiciário através da Lei nº 23 de 12 de março de 1841, pertencendo à Comarca de Curitiba. Já em 02 de abril de 1870, pela Lei Provincial nº 219, foi criado o município de Campo Largo, com território desmembrado da capital paranaense e sua instalação oficial deu-se em data de 23 de fevereiro de 1871.

Localizado há 32 km de Curitiba, Campo Largo cresceu. Possui reconhecidamente um dos melhores climas do Estado, abrigando em seu território estações de água mineral. Além disso, Campo Largo destaca-se no cenário nacional e até internacional por possuir conhecidas fábricas de cerâmica. No total são cerca de 40 fábricas, algumas cujos produtos são exportados e reconhecidos como os melhores da América do Sul. As empresas do município produzem azulejos, sanitários, utensílios domésticos, além de objeto decorativos.

Uma outra atividade comercial e industrial na qual o município se destaca é a indústria moveleira (em madeira) e também a agricultura. Com o avanço da industrialização do Paraná, atualmente Campo Largo tem sido evidenciada no cenário nacional como um dos pólos automotivos do Estado, pois em seu território está a empresa Chrysler, além de outras empresas metalúrgicas.

O município, apesar de tão próximo da capital, possui independência e apesar dos obstáculos que uma cidade enfrenta ao lado de uma metrópole, Campo Largo desenvolveu-se, não deixando nada a desejar - seus habitantes têm tudo o que uma boa cidade pode oferecer, com a vantagem de conforto e tranquilidade, pois Campo Largo possui uma das melhores qualidades de vida da nossa região.

Não se pode deixar de destacar que o povo de Campo Largo é muito acolhedor, ordeiro e trabalhador - o que, com certeza faz com que todos que a visitem (diga-se que grande número de turistas estão sempre a conhecer a capital da cerâmica) levem saudades.

Ao município de Campo Largo, pela comemoração de seus gloriosos 130 anos de emancipação política, recebam o prefeito e vice-prefeito municipais os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 169

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Federação Paranaense de Handebol, pela comemoração de seus 27 anos.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Handebol comemora amanhã (23 de fevereiro) seus 27 anos de existência.

Com muitas afiliadas no Paraná, a Federação vem lutando incansavelmente pela divulgação deste esporte em nosso Estado. O Handebol que congrega hoje um grande número de atletas de elevado nível, tem alcançado resultados expressivos em todo o País, levando o nome do Paraná aos lugares mais altos dos pódiums.

Se hoje o handebol é tão difundido no Paraná, é também graças à Federação que muito lutou e continua trabalhando seriamente pela estruturação, manutenção e aprimoramento do esporte no nosso Estado.

À Federação Paranaense de Handebol, pela comemoração de seus gloriosos 27 anos, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 172

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessões de hoje, de votos de congratulações ao prefeito Claudio Dirceu Eberhard, do município de Santa Terezi-  
nha de Itaipu, pela realização da 5ª Pesca da Corvina.

A apresentação do presente requerimento deve-se ao fato de que, a cada ano que passa, a pesca da corvina vem sendo sucesso na região da Costa Oeste. E neste ano, mais especificamente nos dias 17 e 18 de fevereiro, várias equipes de toda a região prestigiaram a grandiosamente do evento, que, pelo espírito esportivo e de confraternização que proporciona, merece nossos aplausos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao prefeito de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 184-A

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova diretoria eleita da Associação dos Clubes de Amadores de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Quarenta e sete presidentes de Clubes Amadores votaram na eleição para a nova diretoria da Associação de Clubes Amadores de Curitiba, na sede do Trieste F.C.

Com um a vantagem de 31 votos a 15 (um voto foi anulado) a chapa vencedora que comandará a Associação no quadriênio 2001/2004, ficou assim composta:

- Presidente de Honra- Cremildo Fontran do Olaria
- Presidente Executivo: Hélio Pereira Cury
- Vice-presidente: Regina Taborda do C.A. São Vicente
- Tesoureiro: Juarez Mocelin do Capão Razo
- Secretário: João Marques Leitão (João Leitão) do Grêmio Ipiranga
- Presidente do Conselho Fiscal: Ronaldo do Bangu
- Presidente do Conselho Deliberativo: Marcelo Bayak do Vila Fany F.C.

À toda a nova diretoria eleita da Associação dos Clubes Amadores de Curitiba pela eleição, com desejo de sucesso na nova empreitada, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 184/B

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos a sessão de hoje, de votos de congratulações ao senhor Ademar Batschke, pela posse como presidente da Associação Comercial e Industrial do município de Missal.

A apresentação do presente requerimento deve-se ao fato de que as Associações Comerciais vem sendo entidades de grande prestígio em todo o Paraná e especialmente no município de Missal, onde o trabalho da Acimi vem sendo exemplar. O presidente da entidade é motivo de orgulho a todo cidadão do município, merecendo também o reconhecimento deste Poder Legislativo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Missal.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 184/C

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações aos senhores Valdemar Cardoso Carvalho, Sérgio Vander Sand, Luiz Zanette, João Raimundi e Estanislau Brixner, pela posse como presidente e vice-presidentes (respectivamente) da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Iguaçu.

A apresentação do presente requerimento deve-se ao fato de que as Associações Comerciais vêm sendo entidades de grande prestígio em todo o Paraná, e especialmente no município de São Miguel do Iguaçu, onde o trabalho da Acismi vem sendo exemplar.

O presidente e os vice-presidentes empossados da entidade são motivo de orgulho a todo cidadão do muni-

cípio, merecendo também o reconhecimento deste Poder Legislativo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao presidente e vice-presidentes da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 182

Senhor Presidente

O deputado que o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja instalada uma Sessão Regional deste Parlamento na cidade de Foz do Iguaçu, para a discussão e votação de assuntos de interesse regional.

Aproveitando a nova filosofia de trabalho da presente Mesa Executiva, que visa a descentralização dos trabalhos, regionalizando as Sessões Legislativas desta Casa, o subscritor deste requerimento, pede a aprovação de sua aprovação.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 178

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam feitos serviços de reparação, com urgência, na PR-495, trajeto que liga os municípios de Medianeira a Serranópolis do Iguaçu, principalmente em sua área urbana.

Os serviços que necessitam ser feitos, com a máxima urgência, são o recapeamento da pista, a melhoria do sistema de sinalização e das condições do acostamento, tendo em vista o intenso tráfego neste trajeto, motivado pela utilização do Caminho do Colono, com destino aos Estados do Sul.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 161

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência, e aos demais pares desta egrégia Casa para requerer, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de concluir a pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Mamborê - Guarany pelo Programa "Caminhos da Educação e da Produção".

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) NELSON TURECK

**REQUERIMENTO Nº 162**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência, e aos demais pares desta egrégia Casa para requerer, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de concluir a pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Campo Mourão - Fazenda Boa Esperança pelo Programa "Caminhos da Educação e da Produção".

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) NELSON TURECK

**REQUERIMENTO Nº 163**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a ilustre presença de Vossa Excelência, e aos demais pares desta egrégia Casa para requerer, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de concluir a pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Luiziana - Valinhos pelo Programa "Caminhos da Educação e da Produção".

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) NELSON TURECK

**Projetos de Resolução:****PROJETO DE RESOLUÇÃO**

Art. 1º - A Assembléia Legislativa promoverá a descentralização de suas atividades realizando, mensalmente, duas sessões legislativas nos municípios que sediarão microrregiões.

Parágrafo Único - As sessões, realizadas na última semana do mês, preferencialmente às quartas e quintas-feiras, destinar-se-ão, respectivamente a:

a) reuniões e atividades das comissões técnicas do Poder Legislativo, para avaliação e discussão dos problemas e questões regionais;

b) reunião do conjunto dos deputados, em Sessão Plenária, para discussão e aprovação de matérias decorrentes das atividades previstas na alínea anterior e da Ordem do Dia.

Art. 2º - As sessões tratadas por este projeto de resolução deverão ser realizadas em concordância com o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, salvo os casos omissos que serão julgados e decididos pelo Plenário.

Art. 3º - Os deputados não receberão qualquer remuneração ou gratificação especiais para a participação das referidas sessões.

Parágrafo Único - O não comparecimento à Sessão Legislativa dentro do programa de descentralização implica nos descontos de subsídios do parlamentar, na forma do disposto pelo Regimento Interno.

Art. 4º - Serão convocados os funcionários considerados indispensáveis à realização das sessões, não cabendo nenhuma gratificação especial, salvo por desempenho de funções em horário extraordinário.

Art. 5º - Fica autorizada, para cumprimento desta resolução, a mudança temporária da sede do Poder Legislativo, conforme o previsto no artigo 54, XXXI, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 6º - Fica assegurada a participação a comunidade, entidades, clubes de serviço, sindicatos, associações, partidos políticos, prefeitos, vereadores, demais autoridades e representantes de órgãos públicos e privados nas discussões promovidas durante as sessões referidas nesta resolução.

Art. 7º - Fica a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa autorizada a regulamentar por decreto esta resolução num prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação, inclusive o cronograma para o seu cumprimento.

Art. 8º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

Descentralizar significa colocar em prática um regime político em que os órgãos administrativos têm autonomia marcante, ficando tanto quanto possível, desprendidos do poder central. No atual contexto é inegável o descrédito dedicado pela população à classe política, inclusive aos integrantes do Poder Legislativo.

As críticas, muitas infundadas, dirigidas ao Legislativo, alcançam muita repercussão e até êxito junto à população, muito mais pelo completo desconhecimento das ações legislativas, do que pela correção e honestidade das pregações desmoralizadoras.

É inegável, também, que atendendo a interesses inconfessáveis, muitas e milionárias campanhas são desenvolvidas contra o parlamentar, alcançando o apoio da população. Não sabe o povo, que cada um tem o Parlamento que merece, pois o elegeu. E por isso o nosso povo tem um Parlamento estadual digno, empenhado na discussão séria de nossos problemas e das alternativas para resolvê-los.

Portanto trata-se o presente projeto de criar mecanismos para aproximar o Legislativo do povo, nas diversas regiões do Estado, uma vez que aos poucos, as

galerias da Assembléia legislativa foram se esvaziando. Raramente nossa Casa é visitada pelo povo e, quando isso acontece, geralmente, destina-se à defesa de interesses corporativistas. Por outro lado é preciso ressaltar, mais do que nunca, a necessidade de fortalecimento do municipalismo. Modernamente, todos sabemos que só o fortalecimento de cada unidade municipal constituirá a estruturação coesa do Estado e da União.

Os pobres precisam se “desencastelar”. Não apenas o Legislativo, mas também os outros Poderes e todas as instituições que estão ou não em crise: a Igreja, a Justiça, a política, a imprensa.

O que se descobre, então, é que é preciso revalorizar os objetivos que nortearam a criação dessas instituições, considerando os caminhos a serem percorridos para recuperar suas funções latentes.

Diante do exposto, num esforço para descentralizar o nosso Poder Legislativo, levando-o a aproximar-se da população, solicitamos a aprovação do presente projeto de resolução pelos nobres Pares.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO

Art. 1º - Fica constituída Comissão Especial para Revisão do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 11 (onze) membros indicados pelas Lideranças Partidárias que compõem o plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º - O presidente e o relator da Comissão Especial de Revisão do Regimento Interno serão escolhidos pelos membros da Comissão.

§ 2º - A Comissão deverá apresentar projeto de resolução em 90 (noventa) dias para apreciação do Plenário de Deputados.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução visa dar condições à modernização e atualização do Poder Legislativo através da elaboração de novo Regimento Interno e Revisão do atual.

Trata-se de tarefa de suma importância que dará instrumento adequado e compatível às necessidades da democracia e da ação parlamentar contemporânea.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 16/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de General

Carneiro, com sede e foro no município de General Carneiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

#### JUSTIFICATIVA:

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de General Carneiro, é uma entidade de natureza civil, fundada em 16 de agosto de 1997, caracteriza por ser uma associação beneficente, sem fins lucrativos, obedecendo os preceitos da Religião Católica Apostólica e Romana, e é dirigida por pessoas que não recebem direta ou indiretamente por qualquer forma ou título, remunerações, vantagens ou benefícios pelo exercício de suas atividades, no âmbito da Santa Casa, na forma que preceitua a alínea d, do Parágrafo único do artigo 9º do Estatuto da entidade em anexo.

A população do município de General Carneiro e região, contam com os laboriosos préstimos médicos hospitalares prestados pela entidade, sendo que sua ação é de relevante interesse público e merecedora da declaração de Utilidade Pública, no âmbito do Estado do Paraná.

Em sendo assim, conclamamos todos os nobres pares com assento nesta Casa de Leis para apoiarem a presente iniciativa legislativa, por se tratar de matéria de mérito.

##### PROJETO DE LEI Nº 24/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar da alíquota de ICMS os medicamentos de uso contínuo destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo a isentar da alíquota de ICMS, que atualmente é de 17%, os medicamentos de uso contínuo, destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos.

A isenção de ICMS provocaria um barateamento significativo no custo deste medicamento, beneficiando assim, principalmente, aquela faixa da população que mais necessita e que mensalmente destina seus poucos recursos para poder dar continuidade a seu tratamento de saúde em caráter permanente.

Conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei.

##### PROJETO DE LEI Nº 25/2001

A Assembléia Legislativa do

## Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadania Honorária à doutora Zilda Arns Neumann, coordenadora da Pastoral da Criança.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) ALGACI TULIO

## JUSTIFICATIVA:

Médica pediatra e sanitarista, doutora Zilda Arns Neumann é fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que neste ano, foi indicada oficialmente pelo governo brasileiro ao Prêmio Nobel da Paz.

A Pastoral da Criança é uma organização ecumênica, que une fé e vida, no acompanhamento de crianças, famílias e gestantes carentes em todo o Brasil. São mais de 1,5 milhão de crianças e 76 mil gestantes atendidas todos os meses em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, indistintamente de cor, raça, credo religioso ou político. Através do trabalho voluntário de mais de 145 mil pessoas, a Pastoral da Criança leva orientação e atendimento a mais de um milhão de famílias pobres.

A idéia de levar a Igreja a assumir seu papel na luta contra a mortalidade infantil e a pobreza surgiu em 1982, num debate sobre a miséria em Genebra, na Suíça. Durante uma conversa informal, Mr. James Grant sugeriu ao cardeal Dom Paulo Evaristo Arns que a Igreja poderia reverter a situação da mortalidade infantil no Brasil. Em sua volta, Dom Paulo procurou doutora Zilda, sua irmã, e lhe contou sobre a conversa. Em pouco tempo, nascia a pastoral da criança a partir de um projeto feito pela própria doutora Zilda e apoiado pelo Unicef. Para a primeira experiência, foi escolhido o município de Florestópolis no Paraná, onde o índice de mortalidade chegava a 128 mortes a cada mil crianças nascidas vivas.

Com ótimos resultados neste município onde a mortalidade infantil foi reduzido a 27 por mil, doutora Zilda apresentou a experiência aos bispos do Brasil reunidos em Assembléia Geral. Com seu apoio, a Pastoral da Criança foi sendo levada pela Igreja, através de sua organização e por sua abrangência, a todos os 27 Estados do País.

Hoje, presente em 31.062 comunidades organizadas em bolsões de pobreza e miséria de 3.221 municípios brasileiros, a pastoral registrou, durante todo o ano 1999, uma taxa de mortalidade infantil entre 12 e 17 mortes para cada mil nascidos vivos. Só para se ter uma idéia da importância desse índice, a média nacional de mortalidade infantil no país é de 36 óbitos por mil nascidos vivos.

Reconhecida por sua eficiência, a entidade está servindo de modelo para países da África como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e América Latina: Paraguai, Peru, Bolívia, Venezuela, Argentina, Chile e Equador. Em muitos deles, como Angola e Guiné-Bissau na África, os primeiros treinamentos foram dados pela própria doutora Zilda.

Seu trabalho como médica e administradora, especialmente na Pastoral da Criança, vem sendo reconhecido dentro e fora do País. Prêmios nacionais e internacionais, além de diversos Estados e Municípios brasileiros, demonstram que os bons resultados obtidos neste trabalho têm sido vistos e apoiados pela sociedade.

reconhecida em todo o mundo e com um currículo invejável, construído ao longo de toda a sua vida, com a força inesgotável e um trabalho incansável, a doutora Zilda já recebeu inúmeras homenagens, entre elas, títulos de cidadania. Nosso Estado, não poderia deixar de fazê-lo, pois temos o privilégio de tê-la em nossas terras - aqui ela trabalhou muito e trabalha, sempre lutando em prol dos necessitados e da melhoria da qualidade de vida das nossas crianças carentes. Há anos a doutora Zilda vem diminuindo com seu trabalho, a taxa de mortalidade infantil no Paraná", no Brasil e em muitos outros Países.

Quem a conhece pessoalmente se espanta com sua serenidade. Por trás de um constante sorriso se esconde uma força descomunal, sempre pronta para doar-se, a partir de um coração sem tamanho.

Anexamos a esta justificativa, o resumo da vida da doutora Zilda - um relato repleto de brilhantismos, onde se pode constatar uma trajetória vitoriosa, porém nunca acabada; uma constante preocupação e uma série de atos - todos em benefícios do ser humano.

## A VIDA DA DOUTORA ZILDA ARNS NEUMANN

Médica pediatra e sanitarista, fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Organização de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nasceu no dia 25 de agosto de 1934, em Forquilha, Estado de Santa Catarina, sul do Brasil.

Filha de Gabriel Arns e Helena Steiner Arns. Viúva (1978), é mãe de cinco filhos: Rubens (Médico Veterinário), Nelson (Médico), Heloisa (Psicóloga), Rogério (Administrador de Empresas) e Silvia (Administradora de Empresas).

## II - FORMAÇÃO:

## 1 - Curso Primário e Secundário

Fez os primeiros cinco anos em Forquilha, na Escola Comunitária Rural das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Após esse período, prosseguiu os estudos na cidade de Curitiba, cursando o ginásio no Colégio Divina Providência e o curso científico no Colégio Sagrado Coração de Jesus.

## 2 - Curso Universitário:



Em 1959, terminou o curso de medicina na Universidade Federal do Paraná.

3 - Cursos de Especialização:

1961 - Especialista em Educação Física; Curitiba

1967 - Especialista em Pediatria, Sociedade Brasileira de Pediatria, Rio de Janeiro

1972 - Especialista em Pediatria Social, Universidade de Antioquia, Medellin, Colombia.

1975 - Especialista em Administração de Programas de Saúde Materno-Infantil OPAS/OMS e Ministério da Saúde - RJ

1977 - Saúde Pública para Graduados em medicina, Faculdade de Saúde Pública - USP São Paulo

1977 - Especialização em Educação em Saúde Materno Infantil, Faculdade de Saúde Pública - USP - São Paulo

4 - Cursos de Aperfeiçoamento:

1977 - Curso de Higiene Materno Infantil. Curso de Dinâmica Populacional, Curso de Epidemiologia e Profilaxia das Doenças de Nutrição. Faculdade de Saúde Pública de São Paulo.

1981 - Estágio em Educação em Saúde no Miami Hospital de Ohio (Ohio, USA) e diversas comunidades vinculadas ao Programa. Patrocínio do Paraná / Ohio Programa. Estágio em Cleveland junto ao trabalho de voluntários.

1982 - Treinamento em Principles of the Management of Family Health and Family Planning Programs, John Hopkins University - Baltimore - USA.

### III - ATIVIDADES PROFISSIONAIS

1 - Médica Pediatra do Hospital de Crianças Cezar Pernetta - Curitiba/PR - 1955 a 1964

No primeiro ano de Medicina, 1954, morou no Hospital Nossa Senhora das Graças, das Irmãs de São Vicente de Paula, em Curitiba, trabalhando voluntariamente na maternidade. A partir do segundo ano, 1955 a 1959, trabalhou voluntariamente no ambulatório e enfermaria de crianças menores de um ano, no Hospital de Crianças Cezar Pernetta da Secretaria de Saúde Pública do Paraná. Em 1960 foi nomeada da Médica do Quadro Estatutário da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, continuando a atender a menores de um ano de idade, até 1964, no mesmo hospital.

Nesse ano, a Assistência Materno-Infantil de Curitiba começou a ser descentralizada para as periferias. Nisto, a doutora Zilda foi transferida para o trabalho alternado e atendimento à saúde da criança na periferia, em dois postos de saúde da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes.

2 - Diretora Técnica da A.P.M.I. Saza Lattes, entidade não-governamental, mantenedora de uma rede de 21 postos de saúde materno infantil e de Clube de Mães de Curitiba, Paraná pela Associação Saza Lattes, entidade beneficente - 1965 a 1978

Em 1965, foi nomeada Diretora Técnica da entidade filantrópica APMI Saza Lattes. Ocupou o cargo até

1978. Destacou-se na organização de 21 Postos de Saúde e 26 Clubes de Mães, que funcionavam ao lado dos postos e integrados aos Programas de Educação em Saúde. As alunas da escola de Magistério de Educação Familiar faziam estágio nos Clubes de Mães. Os médicos residentes em pediatria do Hospital de Crianças Cezar Pernetta, ligado à Universidade Católica do Paraná, faziam estágios nos Postos de Saúde Materno-Infantis da APMI da Saza Lattes. A organização, a participação comunitária e o trabalho interdisciplinar articulado fizeram com que essa entidade fosse considerada modelo em assistência Materno-Infantil por diversas organizações científicas e pelo Ministério da Saúde.

3 - Chefe da Divisão da Proteção Social do Departamento Estadual da Criança da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná - 1967 a 1974

Nesse mesmo período, de 1967 a 1974, ocupou concomitantemente a chefia da Divisão de Proteção Social do Departamento Estadual da Criança, quando estendeu os benefícios dos Clubes de Mães aos municípios do interior do Paraná, criando 333 unidades, realizando Cursos para Orientadoras de Clubes de Mães, como o apoio do PPMI Saza Lattes. Ao mesmo tempo, implantou o Fichário Central, onde se disciplinavam as referências e contra-referências dos Postos de Saúde oficiais e particulares, para evitar duplicidade no atendimento à Saúde Materno-Infantil.

4 - Coordenadora do Ano Internacional da Criança do Estado do Paraná, patrocinado pelo Unicef e pelo Ministério da saúde - 1979

Destacou-se por operacionalizar um plano Intersectorial em benefício da criança, no qual se integravam as Secretarias de Saúde, Educação, Agricultura, prefeituras e igrejas. As entidades planejaram, executaram e acompanharam juntas as atividades de Nutrição (aleitamento materno, hortas comunitárias e domiciliares, utilização da soja na alimentação), saneamento básico, especialmente dirigido às escolas, imunizações das gestantes e das crianças menores de quatro anos e escolares. Coordenou cinco encontros regionais com esses organismos.

5 - Coordenadora da Campanha de Vacinação Sabin, durante a primeira epidemia de poliomielite no Estado do Paraná - 1980

Em 1980, surgiu a epidemia de poliomielite em União da Vitória, Paraná. O Secretário de Saúde a nomeou para coordenar a Campanha da Vacinação Sabin, cujo modelo serviu de base ao Ministério da Saúde, na extensão da campanha a todos os Estado do Brasil.

6 - Diretora do Departamento de Saúde Materno-Infantil do Estado do Paraná e Coordenadora Intersecretarial do Programa de Saúde Escolar - 1980 a 1982

Destacou-se na reorganização dos Postos de Saúde do Estado, priorizando Ações Básicas de Saúde Materno-Infantis. introduziu a Terapia da Reidratação Oral, Aleitamento Materno e Educação para o Planejamento Familiar, dando ênfase aos Métodos Naturais. Junto à Secretaria de Educação, iniciou o Programa de Saúde

Escolar. Nesse programa de Saúde Escolar, destacaram-se a introdução dos Bochechos de Flúor, as Clínicas Odontológicas Volantes, o Programa de Informações sobre o Aleitamento Materno e o Saneamento Básico para Pais, Mestres e Alunos.

7 - Fundadora e Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - 1983 até a presente data

Ao ser convidada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o apoio do Unicef, a trabalhar com a Igreja em um programa pela sobrevivência infantil, planejou o trabalho junto com o Dom Geraldo Majella Agnelo, Arcebispo de Londrina. As atividades seriam desempenhadas por líderes comunitários junto às famílias carentes, através de uma metodologia em que as mulheres são agentes de transformação da sua família e da comunidade.

Operacionalizou esse trabalho com base na Mística Cristã e na partilha de conhecimentos científicos sobre Ações Básicas de Saúde, Nutrição e Educação, para que fosse concretizado por líderes comunitários junto às famílias vizinhas. O trabalho foi chamado Pastoral da Criança. O que o destacou desde o início foi a mística cristã, o treinamento dos agentes selecionados na própria comunidade, o sistema de informação, acompanhamento, animação, troca de experiências e avaliação contínuas.

Com 15 anos de fundação, a Pastoral da Criança da CNBB está implantada em todo o território brasileiro, nos 27 Estados. São 3.105 municípios, 260 Dioceses, 4.649 Paróquias, 28.913 comunidades e 112.375 líderes voluntários capacitados, acompanhando 1.387.270 crianças menores de seis anos de idade, 67.042 gestantes e beneficiando 960.709 famílias (dados 2º trimestre/99).

8 - Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no Conselho Nacional de Saúde - Abril de 1991 até a presente data.

9 - Coordenadora Materno-Infantil do Ministério da Saúde - Novembro de 93 a Janeiro de 1995.

10 - Co-fundadora do Comitê de Mortalidade Infantil do Ministério da Saúde - 1994.

11 - Membro titular do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) - Novembro de 1994 a Março de 1996.

12 - Membro do Conselho da Comunidade Solidária - março de 1999 até a presente data.

13 - Coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde do Índio - Dezembro de 1998 até a presente data.

14 - Coordenadora da VIII e IX Plenárias Nacionais de Conselheiros de Saúde do Brasil, 1999 e 2000.

15 - Membro da equipe de coordenação da 9ª, 10ª, 11ª Conferência Nacional de Saúde.

#### IV - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS INTERNACIONAIS

Outubro de 1981, Ohio, USA: Estágio em Educação em Saúde no Miami Hospital de Ohio e diversas comunidades vinculadas ao Programa. Patrocínio do

Paraná/Ohio Programa. Estágio em Cleveland junto ao trabalho de voluntários.

Maio de 1984, Genebra, Suíça: Participou da 380ª Assembléia Mundial de Saúde, representando a Igreja Católica, junto com a doutora Margareth Marquardt, médica da Alemanha e missionária da África.

Abril de 1986, Atlanta, USA: participação como representante do Vaticano, Igreja Católica Romana, na reunião da Christian Medical Commission, para debater o tema central: Saúde, Cura e Bem-Estar, em seus aspectos humanos e cristãos.

Janeiro de 1988, Tagaytay City, Filipinas: participação como representante do Vaticano, da Igreja Católica Romana, na Reunião da Christian Medical Commission, para aprofundar a Teologia Cristã da Saúde, Cura e Bem-Estar.

Agosto de 1989, Seoul, Coréia: Apresentação da CNBB - Pastoral da Criança, escolhida entre as seis melhores experiências internacionais em Saúde e Nutrição Comunitárias, na International Nutrition Planners Forum, Fifth International Conference, que teve como objetivo principal o cruzamento de elementos essenciais das seis experiências com o seguinte enfoque: *Crucial Elements of Successful Community Nutrition Programs*.

Maio de 1989 - Salvador/BA, Brasil: participação como Representante do Vaticano - Igreja Católica Romana na Reunião da Christian Medical Commission, cujo enfoque principal foi a Troca de Experiências - "Sharing of experiences in poor communities", realizada pelas diversas Igrejas Cristãs. Essa reunião foi precedida pela visita de diversas dioceses brasileiras, para observar o desenvolvimento da Pastoral da Criança e de outras experiências. Foram feitas conferências e debates sobre o tema A Visão Cristã da Saúde, Cura e Bem-Estar, nas experiências realizadas pelas Igrejas Cristãs.

Fevereiro de 1991 - New York, USA: Apresentação da Pastoral da Criança na implementação do Programa de Aleitamento Materno em nível comunitário, no Unicef, NGO, Meeting on Breastfeeding.

Fevereiro de 1996 - Roma, Itália: Participação como Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança e Representante da CNBB no Congresso internacional de Bioética.

Outubro de 1996 - Midrand, África do Sul: Participação na Christian Women's Conference, a convite do Unicef, proferindo palestra sobre a experiência da Pastoral da Criança na redução de Mortalidade Materno-Infantil e Violência Familiar.

Outubro de 1996 - Luanda e Benguela, Angola: Visita a Luanda e Diocese de Benguela, especialmente convidada pela Conferência Nacional dos Bispos de Angola para a implantação da primeira experiência da Pastoral da Criança na Diocese de Benguela.

Março de 1997 - Bissau, Guiné-Bissau: Visita a Bissau e interior, a convite da Cáritas Internacional, para apresentar a experiência da Pastoral da Criança no Brasil às lideranças religiosas, civis e públicas e para fazer visi-

tas a seis comunidades católicas e muçulmanas, onde a Pastoral da Criança já estava implantada por uma missionária brasileira.

Janeiro de 2001, Timor Leste, Indonésia: Integrante da Comitativa presidencial brasileira em viagem ao Timor Leste representando o Ministério da Saúde e com o objetivo de implantar a Pastoral da Criança naquele País.

#### V - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS LATINO-AMERICANOS

Agosto de 1984, Bogotá, Colômbia: Participação na Primera Reunión de Asesores em APS/Nutrición, patrocinado pelo Unicef.

Dezembro de 1984, Lima e Chimbote, Peru: Apresentação da Pastoral da Criança a Coordenadores das Cozinhas Comunitárias de Lima e Chimbote. Estágio em favelas de Lima e Chimbote para observar o desenvolvimento das Cozinhas Comunitárias. Patrocinado pelo Unicef.

Outubro de 1986, Brasília e Londrina, Brasil: Coordenação do Seminário patrocinado pela Unicef, para bispos de onze países da América Latina e América Central, sobre a Mística, Objetivos e Metodologia Comunitária da Pastoral da Criança. Patrocinado pelo Unicef.

Abril de 1989, Quito, Equador: Participação no Encuentro Bolivariano y Centroamericano de Pastoral de La Infancia, promovido pelo Celam, Unicef e Celac, como representante do Brasil.

Dezembro de 1989, Santo Domingo, República Dominicana: Apresentação das experiências da Pastoral da Criança no Brasil no Encuentro de la Pastoral de la Infancia, patrocinado pelo Celam, Unicef e Celac.

Maiο de 1991, em Curitiba, Fortaleza e Salvador: Coordenação do Seminário, estágio de observação e debates sobre a Pastoral da Criança, para bispos, sacerdotes e leigos, diretores de programas de 12 países, entre latino-americanos e da América Central.

Outubro de 1991, Santiago, Chile: Participação no I Congresso Latino-Americano de Doutrina Social da Igreja, onde debateu em especial a implementação da Pastoral da Criança, Pastoral da Mulher e a Pastoral da Família, como instrumentos de promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento das comunidades mais carentes desse continente.

Junho de 1997, Havana, Cuba: Participação II Congresso de Secretários Municipais de Saúde das Américas, a convite do Comitê Organizador do Congresso e da Embaixada de Cuba no Brasil por indicação do Prêmio Brasileiro Bem Sucedida, para apresentar a experiência da Pastoral da Criança.

Outubro de 1997, Brasil: participação no Simpósio Internacional de Pediatria, no Rio de Janeiro, a convite da Sociedade Brasileira de Pediatria, para debater Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância - AIDPI.

Outubro de 1997, Lima, Peru: Participação no II Encontro Nacional da Pastoral da Infância do Peru, a

convite da Conferência Episcopal Peruana. Estavam presentes 36 dioceses do Peru que já implantaram a Pastoral da Criança.

#### VI - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS DE 1994 EM DIANTE

Fevereiro a agosto de 1994, Brasil: Coordenação de 15 Encontros Regionais de Saúde Materno-Infantil, integrando as entidades governamentais e não-governamentais mais expressivas do País além de gestores de saúde, promovidos pelo Ministério da Saúde.

Julho de 1997, em Campo Grande/MS: Participação como palestrante no 12º Congresso Brasileiro de Educação Infantil da OMEP.

Setembro de 1997, em Londrina/PR: Participação como palestrante no Encontro Nacional de Aleitamento Materno.

Setembro de 1997, em Curitiba/PR: Participação no X Instituto Rotário, proferindo palestra sobre "A erradicação da Miséria - na visão da instituição privada".

Outubro de 1997, em Fortaleza/CE: Participação como palestrante no Seminário Internacional sobre Políticas e Programas Voltados para a Família, promovido pelo FNUAP.

Maiο de 1998, no Rio de Janeiro/RJ - Participação na Reunião de Intercâmbio de Experiências de Programas de Atendimento a Crianças e Adolescentes nos Países do Mercosul, promovido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Junho de 1998, Brasília/DF - Proferiu palestra na Embaixada da Alemanha, sobre a experiência da Pastoral da Criança.

Julho de 1998, Brasília/DF. Participação na Oficina sobre Política Nacional de Alimentação e Nutrição, promovida pelo Ministério da Saúde.

Julho de 1998, Brasília/DF - Participação na reunião para elaboração Pacto Comunitário contra a Violência Familiar e na Campanha "Uma Vida sem Violência é um Direito Nosso", iniciativa da Organização das Nações Unidas e do Ministério da Justiça.

Agosto de 1998-Atibaia/SP- Participação como palestrante no Seminário Nacional de Prefeitos Municipais e Secretários de Saúde sobre Municipalização, promovido pela Associação Brasileira de Prefeitos Municipais.

Outubro de 1998, Brasília/DF - participou como palestrante na Oficina de Trabalho para Multiplicadores de Informação entre Conselheiros Indígenas de Saúde abordando o tema "O Papel dos Conselheiros". Estavam presentes índios representantes de 34 Distritos Indígenas.

Outubro de 1998, Rio de Janeiro/RJ - participou como debatedora no Seminário sobre Voluntariado promovido pelo projeto Brasil 500 anos da Rede Globo.

Outubro de 1998, Brasília/DF - Proferiu palestra sobre o sistema Único de Saúde no Workshop "Distritos Sanitários Especiais Indígenas, Gerência e Modelos

Organizacionais”, promovido pela Fundação Nacional de Saúde.

Novembro de 1998, Brasília/DF - Participação na assinatura e lançamento oficial da Campanha de Prevenção da Violência Infra-familiar.

Novembro de 1998, Goiânia/GO - Participação do XIV Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde - Conasems, sobre “Descentralização: Gestão Local Construindo Municípios Saudáveis”, como Coordenadora da Mesa-Redonda sobre o tema: Se Quiseres Escrever o Mundo, Cante Primeiro Tua Aldeia.

Março de 1999, São Paulo/SP - Participou do lançamento da Campanha Mundo Jovem, da Pastoral da Criança realizada no Teatro Alfa Real.

Contou com a presença da presidente do Conselho da Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, do Ministro da Saúde, José Serra, do secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, de representantes de organizações da sociedade civil e de dezenas de artistas que colaboraram com a campanha.

Março de 1999, Salvador/BA - Participou do lançamento da Campanha Nacional da Pastoral da Criança, contra a Violência Familiar “A paz começa em casa”, o lançamento contou com a presença de Don Geraldo Majella Agnelo, Arcebispo de São Salvador, de representante da ONU, entre outros.

Março de 1999, Goiânia/GO - Participou da comemoração do Dia Internacional da Mulher, proferindo palestra sobre a “Mulher Brasileira no Final do Milênio”, realizada na Assembléia Legislativa.

Julho de 1999, Niterói/RJ - Proferiu palestra sobre a participação no controle social do SUS na III Conferência Municipal de Saúde.

Julho de 1999, João Pessoa/PB - Proferiu palestra de abertura do XIII Congresso Brasileiro de Educação Infantil da OMEP, sobre o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança.

Julho de 1999, Aracaju/SE - Proferiu palestra de abertura na instalação do Comitê de Mortalidade Materna e do Programa Criança Cidadã, promovido pela Secretaria Estadual de Saúde.

Agosto de 1999, Brasília/DF, - Proferiu palestra na Oficina de Articulação Solidária entre a coordenação Nacional de DST/MS e a Comissão Nacional de DST/AIDS na Pastoral da Saúde da CNBB, sobre “Educação e participação comunitária no controle da doença e a importância de um bom sistema de informação nas Pastorais”.

Agosto de 2000, Curitiba/PR - Proferiu palestra sobre “Experiência na Defesa de Bons Tratos na Família”, no I Encontro Internacional dos Bons Tratos na Família promovido pela UFPR.

Agosto de 2000, Londrina/PR - Proferiu palestra no Serão Brasileiro de Pediatra sobre “Desnutrição - qual a Realidade?”, promovido pela Associação Médica de Londrina.

Setembro de 2000, rio de Janeiro/RJ - Proferiu palestra no Seminário Nacional e II Encontro Latino Americano sobre “Pobreza - o Desafio para o Século XXI” e “Pobreza e Desenvolvimento”, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais.

Dezembro de 2000, Santos/SP - Proferiu palestra na “Semana Integrada da Cidadania”, sobre Cidadania, Trabalho Voluntário e Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, promovido pelo SESC de Santos.

Participou ainda de inúmeros eventos promovidos pela Sociedade Brasileira e Pedriatria.

Ênfase especial na participação das Assembléias dos Bispos do Brasil, em Itaci, nos encontros Regionais anuais de Coordenadores Estaduais e Diocesanos da Pastoral da Criança; em reuniões mensais do Grupo de Defesa da Criança juntamente com a Sociedade Brasileira de Pedriatria, o Unicef e outras organizações, visitas pastorais às dioceses e comunidades para o contato direto com líderes e famílias acompanhadas pela Pastoral da Criança.

## VII - MENÇÕES ESPECIAIS

1 - Novembro de 1978: O Ministério da Saúde promoveu um concurso Nacional em nível de Secretarias de Saúde dos Estados, de relatos de experiências em Educação com Saúde em postos de saúde, em hospitais e em escolas e selecionou o melhor trabalho: Minha Experiência em Educação e Saúde em Postos de Saúde, da autoria de doutora Zilda Arns Neumann, para ser apresentado no Colóquio Franco-Brasileiro de Educação Sanitária na Área Materno-Infantil, promovido pelo Ministério da Saúde do Brasil e Universidade René Descartes, França. A experiência foi debatida entre cientistas franceses e brasileiros no Ministério das Relações Exteriores.

2 - Dezembro de 1988: Menção especial pelo Unicef - Brasil como personalidade brasileira de destaque no trabalho em prol da saúde da criança.

3 - Novembro de 1991 - Ministério da Saúde do Brasil indicou a doutora Zilda Arns Neumann para concorrer ao Prêmio Internacional atribuído pelo Comitê do Memorial Nathalie Massé, na França, na Área de Saúde.

4 - Setembro de 1994: Doutora Zilda Arns Neumann recebe o prêmio Opas em Administração Sanitária 1994, por seu destacado trabalho na administração de programas em diversos níveis públicos e, particularmente em saúde materno-infantil, tanto em instituições governamentais como não-governamentais e em âmbitos estadual e nacional. O prêmio foi entregue durante a XXIV Conferência Sanitária Pan-Americana, em Washington.

5 - Outubro de 1994 - Doutora Zilda Arns Neumann recebeu a comenda da Ordem Nacional do Mérito Educativo, no Grau de Cavaleiro - A comenda foi outorgada pelo presidente da República, Itamar Franco, na qualidade de Grão-Mestre das Ordens Brasileiras, no dia 19 de outubro de 1994, no Palácio do Planalto em Brasília/DF.

6 - Outubro de 1996 - Doutora Zilda Arns foi homenageada pela Associação Brasileira de Mulheres Médicas do Estado do Paraná, pelo grande trabalho na área social que vem desenvolvendo durante sua vida profissional.

7 - Julho de 1997 - Doutora Zilda Arns Neumann recebeu o Prêmio Humanitário 1997 do Lions Clubes Internacional, a mais alta honraria dessa Associação, em reconhecimento pelo destacado alcance de seu trabalho junto à Pastoral da Criança em Filadélfia, USA.

8 - Outubro de 1997 - Doutora Zilda Arns Neumann foi uma das finalistas do Prêmio Claudia, concedido pela revista de mesmo nome para as mulheres que mais de destacaram em suas ações durante o ano em curso.

9 - Novembro de 1997 - Doutora Zilda Arns Neumann recebeu do presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso a Menção Honrosa Direitos Humanos, pelo relevante trabalho realizado a favor dos direitos humanos.

10 - Maio de 1998: Doutora Zilda Arns Neumann recebeu o Prêmio Jean Harris outorgado pelo Rotary International em reconhecimento à extraordinária atuação pelo desenvolvimento e progresso da mulher na sociedade, Curitiba.

11 - Novembro de 1998: Recebeu o diploma de Destaque Comunitário concedido pela Federação Israelita do Paraná por seus relevantes serviços prestados à infância carente, Curitiba.

12 - Dezembro de 1999: Recebeu a Medalha de Direitos Humanos da Entidade Judaica B'nai B'rith, em reconhecimento ao trabalho da Pastoral da Criança no Brasil, São Paulo.

13 - Maio de 2000: Homenageada pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil na categoria Mulher-Medicina, Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

14 - Julho de 2000: Doutora Zilda Arns Neumann recebeu homenagem da Sociedade Brasileira de Pediatria pela importante contribuição aos pediatras e às crianças brasileiras. Rio de Janeiro.

15 - Agosto de 2000: Doutora Zilda Arns Neumann recebeu a Medalha "Simón Bolívar" da Câmara Internacional de Pesquisa e Integração Social reconhecendo a liderança, dignidade, méritos profissionais e amor à humanidade, prestados à causa da Integração na América Latina.

16 - Outubro de 2000: Doutora Zilda Arns Neumann recebeu a "Medalha de Lucas - Tributo ao Mérito Médico" do Conselho Regional de Medicina do Paraná, a ser outorgada a médico que tenha se distinguido pela prestação de destacado serviço médico-social.

17 - Dezembro de 2000: Doutora Zilda Arns Neumann recebeu da Câmara Municipal de Santos/SP a Medalha de Honra ao Mérito "Brás Cubas", pelos relevantes serviços prestados à cidade.

18 - Dezembro de 2000: Doutora Zilda Arns Neumann recebeu da Associação Comercial do Paraná o Tro-

féu "Talento do Ano", valorizando e destacando os profissionais e empresas paranaenses.

19 - Dezembro de 2000: Doutora Zilda Arns Neumann recebeu da OAB-São Paulo, o prêmio Franz de Castro Holzwarth de 2000, em razão da corajosa sementeira do resgate da dignidade das crianças e adolescentes.

20 - Dezembro de 2000: Doutora Zilda Arns Neumann recebeu da USP o prêmio USP de Direitos Humanos - 2000 - Categoria Individual, que tem por objetivo identificar e distinguir, anualmente, pessoas e instituições que tenham contribuído para a difusão, disseminação e divulgação dos Direitos Humanos no Brasil.

16 - Recebeu os seguintes títulos de Cidadã Honorária:

Setembro de 1994: Cidadã Honorária de Curitiba. O título foi uma proposição do vereador Jorge Samek, aprovada por unanimidade da Câmara, em reconhecimento ao trabalho como médica pediatra e sanitarista, catarinense, residente em Curitiba desde os dez anos de idade e pelo seu papel como Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança e Coordenadora Materno-Infantil do Ministério da Saúde.

Outubro de 1997: Cidadã Honorária de Morada Nova, Ceará.

Junho de 1998: Cidadã do Estado do Rio de Janeiro, outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Outubro de 1998: Título Honorífico de Cidadão de Belém, concedido pela Câmara Municipal de Belém.

Abril de 1999: Recebeu a medalha de honra ao Mérito Legislativo de Campo Grande pelo trabalho da pastoral no município.

Junho de 1999: Cidadã Honorária de Floriano, Piauí.

Junho de 1999: Recebeu a Comenda Medalha do Mérito Agrônomo Francisco Parentes, concedida pela Prefeitura Municipal de Floriano, Piauí.

Junho de 2000: Recebeu título de Cidadã Joseense, São José dos Campos, São Paulo.

Agosto de 2000: Recebeu o título de Cidadã Parai-bana, João Pessoa, Paraíba.

Setembro de 2000: Recebeu a Comenda Grão de Café, Cambé, Paraná.

Novembro de 2000: Recebeu o título de Cidadã Honorária do Estado de Alagoas.

Novembro de 2000: Recebeu o título de Cidadã Honorária do Município de Maceió, concedido pela Câmara Municipal de Maceió/AL.

#### VIII - PRÊMIOS CONCEDIDOS À PASTORAL DA CRIANÇA

1 - Fevereiro de 1991: Indicada pela Unicef, a Pastoral da Criança foi escolhida entre as seis melhores experiências internacionais em Saúde e Nutrição Comunitária na Internacional Nutrition Planners Forum, e foi apresentada e debatida pela sua Coordenadora Nacional.

Zilda Arns Neumann com cientistas e representantes das cinco outras experiências tendo como tema chave:

“Crucial Elements Of Successful Community Nutrition Programs” na Fifth Internacional Conference, realizada em Seoul, Coreia, agosto de 1989.

2 - Novembro de 1991: Unicef Brasília selecionou a doutora Zilda Arns Neumann para receber o prêmio Criança e Paz, na Área de Saúde, concedida à Pastoral da Criança.

3 - Junho de 1997: A Pastoral da Criança foi escolhida como uma das 50 Melhores Entidades Sem Fins Lucrativos do Brasil, recebendo o prêmio Bem Eficiente, outorgado pela Kanitz & Associados, em São Paulo.

4 - Março de 1998: A Pastoral da Criança recebeu o prêmio de Consagração Pública Municipal concedido pela Câmara Municipal de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados à comunidade curitibana em sua área de atuação.

5 - Setembro de 2000: A Pastoral da Criança recebe em Brasília, o prêmio Unesco na categoria Direitos Humanos e Cultura de Paz, concedido a instituição e/ou pessoas que se destacaram por ações de elevada relevância social nas áreas de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente, Direitos Humanos e Cultura de Paz e Juventude e Cidadania.

6 - Janeiro 2001: Indicada Oficial do governo brasileiro ao prêmio Nobel da Paz.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Na verdade não sei como devo iniciar, se é cumprimentando, como devo cumprimentar com muita alegria a nova Mesa, o deputado Hermas Brandão, grande municipalista, hoje presidindo este Poder Legislativo. Deputado Anibelli - 2º secretário e ainda o 1º Secretário ausente que é o deputado Rossoni. E com muita alegria vejo na Mesa o meu companheiro, meu ex-líder de poucos dias atrás - deputado Edno Guimarães que está representando o partido que mais tem crescido no Paraná, o Partido Social Liberal.

Vim aqui, na verdade, para dizer da alegria e satisfação de termos o deputado Antonio Belinati em nosso Partido. Como ele não está presente, como a maioria dos deputados, me reservo o direito de falar na próxima terça-feira sobre a filiação do Antonio Belinati.

Mas, importante para o Paraná, senhores deputados, foi o projeto aprovado nesta Casa, o Projeto Fundo Rodoviário. Quase que todos os dias está estampado em jornais, na televisão e rádio o Projeto do Fundo Rodoviário. O governador do Estado, Jaime Lerner, aqui esteve - eu não estava presente mas li pela imprensa, e entre outras grandes metas do governo ele falou do Projeto do Fundo Rodoviário, enaltecendo a Assembléia como um todo. Ele inclusive diz que a necessidade de conservar as estradas no Paraná é tão grande que ele se sentiu na obri-

gação de dizer obrigado à Assembléia pela aprovação desse projeto.

Ontem, nosso companheiro deputado Nelson Justus, na região de Paranavaí, certamente que com os deputados aqui presentes, alguns da região, lá esteve levando a boa notícia junto com o governador. Que é o início do começo da reparação das estradas estaduais do Paraná.

Quando apresentei esse projeto aqui na Assembléia, ouve uma discussão muito grande sobre ele, companheiros nossos achavam que era inconstitucional, segmentos da sociedade, inclusive do Norte do Paraná, também se pronunciavam que era inconstitucional. E o projeto foi aprovado, porque não existe nada mais constitucional do que os deputados que aprovam uma lei, darem uma resposta positiva à população.

Inconstitucional, senhor presidente, são esse buracos, são pessoas morrendo nas estradas, porque o governo não deu cobertura ao DER para sequer fazer um tapa-buraco. Inconstitucional mesmo, e está aí comprovado, é o que acontecia e acontece nas estradas. Mas, agora, o secretário dos Transportes tem como receita garantida o suficiente para já de início dar um tapa-buracos em todas as rodovias do Estado. Se me perguntarem se...

Uso o Horário da Liderança, senhor presidente.

... esse projeto, aprovado pela Assembléia é para valer tenho a certeza que sim.

Há poucos dias atrás viajei para o sul de Minas, senhor presidente, Minas Gerais tem 833 municípios. Deputado José Maria Ferreira, Vossa Excelência que representa aqui muito bem o Partido do presidente da República, não existe nada mais vergonhoso do que a estrada de Minas Gerais, de Poços de Caldas a Fernão Dias, inclusive é uma estrada onde centenas e milhares de veículos e caminhões passam. E não existe uma estrada no Paraná, senhor presidente, inclusive essas de Paranavaí, não existe estrada pior no Brasil, hoje, do que dentro do Estado de Minas Gerais. Dizem que há uma briga, uma encrenca, entre o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o governador Itamar Franco. Existem faixas dizendo que o governo do Estado de Minas Gerais e o governo federal esqueceram-se definitivamente do sul de Minas. Deputado Augustinho Zucchi, não tem como você andar mais que em primeira! Isso num trecho de mais de cem quilômetros e com um movimento tremendo, grandes indústrias ali instaladas.

Concedo um aparte ao deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA

Deputado Geraldo Cartário e demais deputados:

Queremos aproveitar para cumprimentá-lo pela iniciativa do projeto de lei que criou o fundo de recuperação de rodovias, bem como esta Casa, o deputado Hermas Brandão que teve uma atuação importantíssima. Sem dúvida alguma, as rodovias, principalmente do Noroeste do Paraná, ficaram abandonadas nos últimos anos e mais ainda nos últimos meses. E ontem, já se valendo desse

projeto de sua autoria e aprovado por unanimidade por esta Casa de Leis, o secretário dos Transportes deu o início à recuperação das rodovias do Paraná, mais precisamente na cidade de Loanda, onde tivemos ali um fato lamentável e que ocupou as manchetes dos jornais em todo o nosso País, que foi o plantio de determinadas plantas em plena rodovia, como banana, milho e outras coisas.

E lá, por intermédio já do Fundo, com o adiantamento que o governo liberou até começar a ter os recursos do ICMS, que será a partir de 1º de março, mas já deu a largada ontem. Estava lá toda a comunidade da região, foi também os deputados Basílio Zanusso, e o deputado Luiz Accorsi, que representam a região, e fizemos lá o início daquilo que tanto precisamos que é recuperar as rodovias que estão deploráveis, vergonhosas, que em trechos com praticamente 30 quilômetros demora uma hora e meia, mais ou menos.

Então, graças ao projeto de sua autoria, graças à aprovação dos senhores deputados, nós tivemos e temos, hoje, este Fundo que constantemente irá cuidar da conservação das rodovias do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO

Agradeço a sua participação.

Senhor presidente, no Estado de Minas Gerais não existem estradas. O Paraná seria primeiríssimo mundo perto de Minas Gerais. No caso de São Paulo, se atravessarmos o Estado inteiro, só para aqueles que, como o deputado Orlando Pessuti, criticam violentamente o pedágio, e o deputado Hermes da Fonseca que está se manifestando, também, como sendo contra o pedágio, gostaria de dizer que São Paulo, que representa 45% da arrecadação do País; lá andei e trafeguei em diversas estradas estaduais, de uma pista apenas, pagando pedágio. E não mais barato que no Paraná. Eu pagava em diversas estradas de São Paulo, aonde existe uma pista, apenas.

Então, temos que assumir a responsabilidade. É muito fácil criticar. Se São Paulo, que tem este poderio, cobra pedágio em uma pista apenas, por que não assumirmos de uma vez por todas de falarmos a verdade ao povo, de que hoje não só o Paraná, como São Paulo ou qualquer outra estrada do Brasil, só manterá estradas se tiver uma receita própria? No caso da Assembleia do Paraná, que aprovou este Fundo Rodoviário, acredito que poderá ser o começo do fim do pedágio. Portanto eu, particularmente, sou contra o pedágio. Mas, temos que apresentar soluções. Não podemos permitir que vidas sejam ceifadas pelo descuido ou pela falta de recursos com os órgãos responsáveis por manter a malha rodoviária, no caso, o DER, a Secretaria de Transportes, que não tem recursos financeiros para fazer frente.

Então, de uma vez por todas temos que mostrar a verdade à população. O governo do Estado tem dificuldades em manter a segurança, em manter a saúde, em man-

ter tantos outros segmentos. Porque não é possível, senhor presidente e senhores deputados, tirarmos o dinheiro para que o pobre possa ter um remédio, para jogarmos o dinheiro numa rodovia, pois percentualmente são poucos os que usufruem o transporte, com seu próprio automóvel. A maioria, a pobreza deste Estado e do Brasil, não usa o transporte automotivo, porque não tem carro. E não é justo que se tire o leite das crianças, o incentivo à escola, o incentivo ao direito à saúde, ao remédio, para facilitar apenas àqueles que tem seus automóveis nas estradas.

Concedo aparte ao deputado Beraldin.

#### O Sr. Beraldin

Deputado Cartário, também para cumprimentar Vossa Excelência pelo importante projeto de lei do Fundo Rodoviário. E apenas lembrá-lo e à Casa, que o atual governo deveria encaminhar um pedido de empréstimo ou pelo menos encaminhar uma solicitação do BIRD, e os próprios senadores Álvaro e Osmar Dias me disseram que estão dispostos a ajudar o governo do Estado, no sentido de prever para o futuro um financiamento para manter ou ampliar nossas rodovias no Estado do Paraná.

Lembro a Vossa Excelência que no governo Álvaro Dias foi investido um bilhão e cem milhões de dólares só em construção de estrada. Veja, Vossa Excelência, que naquela época o governo pagava mensalmente em torno de 20 milhões de dólares às empreiteiras que faziam as estradas no Estado do Paraná. Quando Álvaro Dias assumiu o governo, 2700 Km de estradas, licitadas e com ordem de serviço em execução.

Veja Vossa Excelência que diferença, 2700 quilômetros. O pedágio eu acho justo, temos que ter o pedágio. Agora, daqui a Paranaguá por exemplo esse pedágio está muito caro, a estrada já estava duplicada daqui a Ponta Grossa a estrada já estava duplicada, e o governo do Estado, eu me lembro muito bem do governo Álvaro, do governo Requião, que sempre diziam que precisava três milhões de dólares por mês para manter as nossas rodovias no Estado do Paraná, para fazer o chamado tapa-buraco, para fazer a recuperação necessária para a manutenção da malha rodoviária do Estado do Paraná. Então, os tempos mudaram.

Agora, quando o passado, quando os governos, deixaram o governo para o seu sucessor, todos deixaram projeto, eu lembro inclusive, lembrando mais uma vez do governador Álvaro Dias, que deixou em Curitiba e na região metropolitana um projeto aprovado chamado Prosan. O Prosan era um programa de mais de 300 milhões de dólares, já perfeitamente equacionado, com recursos liberados pelo Banco Mundial, enfim, o sucessor recebeu um projeto de governo andando, além das obras executadas, o serviço realizado naquele período, deixou um projeto para o futuro. E nós agora estamos notando que não está ficando, especialmente no setor rodoviário, um projeto para futuro.

Então, seria importante que o governo Jaime Lerner pudesse encaminhar junto ao Banco Mundial, o BIRD, uma solicitação de empréstimo no sentido de recuperar as nossas estradas para garantir o futuro, porque nós estamos falando aqui agora de uma emergência, de um tapa-buraco, onde estão plantando feijão, milho, no nosso asfalto. Estamos falando de uma emergência total, e a minha preocupação, além dessa emergência total, é essa solicitação, que espero que o deputado Durval Amaral faça isso como líder do Governo, sensibilize o governo para que ele encaminhe o projeto de futuro, que tenho certeza que o Estado do Paraná poderá honrar, visto que sempre honrou as suas dívidas, interna e externa.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO

Agradeço o seu aparte, e como não poderia ser diferente Vossa Excelência aproveitou para vender o peixe do seu líder, senador Álvaro Dias; acho que o senhor tem toda propriedade para falar a respeito. Só que gostaria de falar, deputado Beraldin, é que tudo tem uma história, a estrada da Garuva a Curitiba foi fruto de uma lei aprovada nessa Assembléia que foi a venda das ações da Telepar. A Telepar foi realmente a bandeira número um que o Paraná se orgulhava, era a auto-afirmação do Paraná dentro do Brasil, no contexto Nacional da auto-afirmação das comunicações lideradas pelo grande governador Paulo Pimentel. A gente se orgulhava: em qualquer lugar, o Paraná dava de dez a zero nas comunidades. Aí, no governo Jaime Canet, que foi o melhor governador no Paraná em termos de estradas, realmente um revolucionário em estradas, aquela região do Oeste, Sudoeste não tinham asfalto, Toledo para Palotina, quantas vezes encaixei o carro, de Assis Chateaubriand para Nova Aurora, Nova Aurora para Goioerê, estão aqui os companheiros que sabem, de Assis Chateaubriand para Alto Piquiri, Alto Piquiri para Perobal, Francisco Alves, Altônia, naquela região toda não existe asfalto, foi na verdade ele quem despertou o asfalto.

No entanto, ele se obrigou, por pressão do governo federal, a entregar a Telepar. A Telepar do Paraná, senhor presidente, deixou de existir em termos de controle acionário, no maior governo em termos de estradas do Paraná.

Bem, aí sobraram as ações, e nós, deputados, eu entre eles, aprovamos para que elas fossem vendidas para construir a rodovia ligando a Garuva, que é na verdade uma rodovia federal não teve a competência, a capacidade de construir essa segunda pista, e o Paraná como sempre deu uma resposta ao governo federal.

Quando o Jaime Canet tinha em Brasília dois ministros paranaenses como tinha o Ney Braga mandando recursos para cá, tinha Rieschbieter, tinha Reinhold Stephanes e tantos outros, Joaquim Santos, na Caixa Econômica-, desgradadamente, senhor presidente, desde que ele assumiu nunca vi ninguém brigar ou lutar, para trazer recursos para o Paraná. Esqueceram que

o Paraná existe. Não conheço ninguém. E quando Vossa Excelência diz que os três senadores agora, do Paraná, se preocuparam com as estradas, gostaríamos que eles se preocupassem com as estradas não estaduais, se preocupassem com as estradas federais, pois se as colocassem no seu devido lugar, não haveria necessidade de ter sido criado e aprovado um projeto de Vossa Excelência aqui, aquela desgraça que foi implantada no Paraná, que se chama pedágio. O pedágio aqui foi implantado por essas razões, porque não temos ninguém em Brasília que lute.

Tudo tem a sua história. Se falarmos do Banco do Estado do Paraná - não quero ser hipócrita, senhor presidente, por exemplo, vou pedir ao deputado Algaci Tulio, como paranaense, que traga o resultado da CPI do Narcotráfico, pois não acredito e não gostaria de admitir que o nome de Cândido Manoel Martins de Oliveira, que conheci como a grande figura neste Estado, seja jogada na lama do jeito que foi.

Em Minas Gerais, quando chegou CPI do Narcotráfico, o seu governador, quando eles desceram do avião, falou: "Vocês voltem para Brasília, porque se ficarem aqui mando prender todos vocês. Chega de "dedo-duro".

O que fizemos pelo Candinho? Absolutamente nada. Por quê? Estamos com medo de quê? De quem? Queremos a verdade. Porque sou, Anibelli, do tempo que se usava Jeep, não Cherokee, usava Jeep velho para andar nas estradas do Paraná, junto com o Candinho. Sou desse tempo.

Vejo gente chegar ao Paraná, que não conhece o Estado, que nunca aqui sofreu absolutamente nada, como o Padre Roque, chega aqui chamando tudo o que quer, caluniando pessoas que a gente admira e respeita, até que provem o contrário.

Por isso gostaria que as CPIs que foram criadas aqui, senhor presidente, tragam resultados ou então não teremos moral para nunca mais criarmos CPI alguma aqui, porque foi tudo uma farsa.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. HERMAS FONSECA

Pela Ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Gostaria que a Mesa anunciasse a presença do prefeito e vice-prefeito da cidade de Leopólis, vizinha de Cornélio Procópio, que estão no plenário.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está registrado.

Com a palavra, o deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada. Todo o Paraná tem uma história. A história do Paraná é transcrita, narrada, por quem nele vive. Tem inúmeros livros publicados da história do paraná contando todas as etapas, em que o Paraná foi criado, se desenvolveu e é o Paraná atualizado. O comitê de imprensa, que



aqui se assenta, na maioria jovens, que são testemunhas dos fatos ocorridos neste Poder Legislativo, no dia de amanhã, quando tiverem mais idade, como o Ivan, como o jornalista que eu vou me referir e outros, vão ter a oportunidade de escrever as memórias, os fatos e o que aconteceu nesse Poder Legislativo, na vivência que eles desfrutaram, nesta Casa.

Faço essa introdução, meus amigos do comitê da imprensa, para vocês verem como o Paraná tem duas posições. O Paraná de quem elogia, Paraná de quem narra a história de acordo com os interesses daqueles que pensam que podem julgá-la.

O Paraná que endossa fatos que, às vezes, podem ser até desvirtuados. Mas quando um jornalista sério, competente, que teve a sua vivência e tem nesta Casa, que teve vivência nos meios de comunicação por onde passou, que convive e é da família jornalística, neste Paraná, uma pessoa que, além da sua competência, além da sua formação cultural, o seu caráter, dado pela sua família, fez com que em todas as oportunidades que ele participou, fosse nos programas jornalísticos da televisão, fosse com a sua inteligência, através da sua mão nos artigos que escreveu e escreve, até hoje, fez com que aqueles fatos passados onde ele testemunhou, fossem transcritos e levados para toda família paranaense.

Estou falando isso, senhor presidente, senhores deputados, porque o jornalista Jamur Júnior viveu parte da história do nosso Paraná e transcreveu todos os episódios, como eles aconteceram no nosso Paraná. Nas suas linhas não tinha elogio a ninguém, nas suas linhas tinha somente a verdade dos fatos que realmente aconteceram. Isso fez com que ele durante meses, até anos, arregimentando tudo isso, fosse acoplando, cada fato das memórias do Paraná, dentro daquilo que se faz que é um boneco de um livro de memórias. Alguns amigos, também da imprensa e outros historiadores do Paraná sempre tiveram a guarida da imprensa oficial do Estado quando o fato era de interesse da família paranaense para as futuras gerações, dos fatos que ocorreram, fosse com esse com aquele ou com o atual governador, para que, no dia de amanhã, esta juventude jornalística, quando chegar na idade do Jamur Júnior irão escrever como também, desse Poder, irão transcrever a posição de cada um dos parlamentares e da Mesa Executiva.

E o Jamur, conversando com os amigos ouviu - Jamur, pegue esta memórias, pega o teu boneco do livro e leve até a Imprensa Oficial como muitos já fizeram, historiadores e jornalistas, porque o governo do Estado do Paraná, através da Imprensa Oficial irá, como fez e como faz e acredito fará a sua impressão.

O Jamur foi, chega à Imprensa Oficial e quero testemunhas, senhor presidente, senhores deputados, não tenho a procuração do jornalista, ele não falou comigo, não tenho ligação nenhuma, a não ser de amizade, com o jornalista, e estou aqui para mostrar ao Paraná e à imprensa, os dois lados, o lado de quem bajula e o lado de quem escreve. O Jamur foi até a Imprensa Oficial e lá teve até elogios de

pessoa responsável por aquele setor, não há problema, o que o senhor vai ter é o mesmo tratamento que tiveram os outros jornalistas e historiadores que nos procuram, e nós vamos imprimir o seu livro, das memórias, dos fatos e de tudo aquilo que ocorreu no Paraná.

Quem me contou esses fatos que eu estou narrando, foram amigos ligados ao jornalista, outros jornalistas que ficaram pasmos com o que realmente aconteceu no final desses acontecimentos.

Passado um espaço de tempo o livro ia ficar pronto, passado mais um pouco de tempo não ficou pronto porque houve alguns atrapalhos. Passado mais algum espaço de tempo as desculpas iam se acumulando e o livro não era impresso.

Para finalizar, senhor presidente, senhores deputados, o jornalista Jamur Júnior foi chamado numa Secretaria de Estado com um secretário que já passou pela Casa Civil, e demonstrou a sua incompetência, se encontra numa Secretaria onde não tem afinidade nenhuma, aonde não tem competência nenhuma, mas lá se encontra ele assentado, não sei por qual motivo do senhor governador, porque é incompetente falando ao jornalista que o livro não poderia ser imprimido porque iria afetar a imagem deste ou daquele ex-governador ou deste ou daquele homem público.

Senhor presidente Hermas Brandão, senhores deputados e senhoras deputadas, se o jornalista viveu, testemunhou escreveu um fato deste ou daquele governador, desta ou daquela autoridade ou seja de quem for, e é um fato verdadeiro, ele não vai mudar, e o Jamur Júnior não mudou, e o livro não foi impresso, pela imprensa oficial do Estado porque mostra a verdade do Paraná.

Amanhã, quando um jornalista jovem de hoje tiver embranquecido o seu cabelo pela vivência que Deus lhe dá, na passagem nesta Terra, não poderá, a não ser que faça o que querem os interesses maiores de um presente que não tem moral que está instalado no Palácio Iguaçu, quando este ou aquele livro, este ou aquele fato narrado não corresponde com os interesses daqueles que aqui se encontram.

Concedo o aparte ao ilustre deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Luiz Carlos Zuk, quero me somar às suas posições com relação a este fato, a esta censura que se pratica nos dias de hoje ainda, quando uma pessoa que tem uma história na televisão, tem uma história no rádio, tive o prazer de fazer parte da sua escola. Eu que já trabalhei na televisão, eu que já participei de várias atividades em meios de comunicações e hoje estou restrito à rádio, sou testemunha do valor do trabalho feito pelo Jamur Júnior. Primeiro como profissional, era um dos mais competentes apresentadores do jornal de televisão do Paraná, tinha as suas tiradas irônicas, dava aquele molho que a notícia seria às vezes precisava, me lembro que eu participava do Jornal do Meio-Dia, do canal 4, ao lado do Cândido Manoel Martins de Oliveira, com Paulo Pimen-

tel e o próprio Jamur Júnior, e fui lançado por ele, Jamur Júnior, e foi ele, Jamur Júnior que criou o primeiro jornal nas manhãs do Paraná, no Canal 4, quando eu, Narciso Assunção, jornalista e mais uma moça, que agora não me recordo mais o nome, fazíamos o jornal “Café com Leite”. Era uma apresentadora loira, o Narciso Assunção de cor escura e eu o homem do paletó xadrez, fazíamos o noticiário policial de manhã da televisão Canal 4.

O Jamur tem toda essa história. Ontem nós falávamos neste assunto e acabei dando uma folheada no seu livro. É um material extraordinário que não pode se perder, a história da televisão brasileira.

O Jamur Júnior, testemunhei na época também, foi quem inaugurou o Canal 12, no antigo Edifício Tijucas, de propriedade do doutor Najib, pioneiro da televisão do Paraná.

Ele tem toda essa história do Assis Chateaubriand, TV Bandeirantes, dos primeiros canais que surgiram no Paraná. Trabalhou em quase todos eles.

Portanto, é lamentável a atitude que se toma neste momento de se censurar a publicação do seu livro através da Imprensa Oficial do Estado.

Aliás, a Imprensa Oficial do Estado deve a esta Casa algumas informações de problemas que ocorreram lá. Era interessante que viessem essas informações aqui.

Quero me colocar ao seu lado, na defesa, na postura de indignação pela maneira como se portam determinadas pessoas e ser solidário ao companheiro Jamur Júnior, que é sem dúvida nenhuma, um arquivo vivo da história, da televisão e do rádio do Paraná.

Tenho certeza que haveremos de encontrar uma outra fórmula ou por esta Casa ou por outro meio de fazer com que o seu livro que conta a história da televisão do Paraná, realmente seja publicado, porque é uma obra extraordinária. Parabéns!

O Sr. Ângelo Vanhoni

Esse assunto, na realidade é triste, porque se for verdade que uma obra feita por um jornalista conhecido de todos nós, participou da história da televisão paranaense, como bem relatou o deputado Algaci Tulio e, tem os seus escritos a respeito de uma determinada época, a sua interpretação, sua constatação de fatos, de fenômenos da política em determinado momento, se esses relatos que hoje estão substanciados num livro sofreram por parte de alguma autoridade do Estado, alguma reclusa em função de um critério de censura, acho que é mais grave do que a gente pode imaginar.

Compete à Assembléia nesse caso, fazer um Pedido de Informações à autoridade solicitando as informações de quais as razões? Por que tal e tal obra não podem ser impressas pela Imprensa Oficial do Estado?

Se a Imprensa Oficial do Estado não puder registrar a memória, a história do nosso povo é um grande problema, ainda mais por motivos de censura.

Uma provocação oficial do Poder Legislativo em relação às autoridades que comandam a Imprensa Oficial

do Estado do Paraná deveria ser procedida, para esse tipo de coisa que acontece com uma figura conhecida de todos nós com o prestígio que tem nos meios de comunicação e com a nossa história.

Quando era garoto assistia à televisão e a imagem que me vem na cabeça é a do Jamur Júnior. Quem não tem pelo menos aqui em Curitiba, região metropolitana, a lembrança? Era o Cid Moreira de hoje, era o Jamur Júnior de um tempo atrás, estava presente diariamente na casa de cada paranaense.

Isso que está acontecendo hoje, com a obra desse jornalista não pode vir a acontecer com nenhum outro. Não se admite que o Estado possa promover censura num momento em que estamos lutando para consolidar os valores da democracia na nossa sociedade.

Acho isso um ato abominável deve ser comunicado às autoridades do governo do Estado e providências devem ser tomadas aos funcionários que se comportaram dessa maneira.

Tem todo o meu apoio a sua intervenção. Não se trata de dar apoio à impressão de um livro de alguma pessoa, mas o fato que está por trás do que aconteceu é muito mais grave. A Assembléia, por um pedido nosso, pode fazer a impressão dos registros do Jamur ou de qualquer um outro jornalista que tenha um livro, como em inúmeras ocasiões já prestou apoio. Mas, neste caso, não significa o problema da operação da veiculação de um discurso qualquer de um fato histórico. O que está por trás disso é um ato de autoridades do Estado vetando a publicação por motivos políticos que não estão nem em pauta na Ordem do Dia hoje. Diz respeito à História. É algo abominável como se quiséssemos mascarar a história que aconteceu no nosso Estado sob algum ponto de vista.

Qual? O ponto de vista oficial? O ponto de vista daqueles que detêm o Poder? Já vimos essa prática acontecendo em outros momentos do nosso País e em outros povos, e nós não queremos isso. Queremos a liberdade, queremos a possibilidade de que cada cidadão tenha acesso às múltiplas interpretações dos fatos históricos que aconteceram na nossa cidade, que aconteceram no nosso Estado.

Por isso Vossa Excelência tem todo nosso apoio e espero que a Assembléia Legislativa endosse todo o apoio que puder ao jornalista, ao escritor Jamur Júnior, porque, além de ser um grande profissional que está diariamente fazendo seu trabalho na política no Estado do Paraná nos veículos de comunicação, tem uma história, tem uma memória no nosso Estado, na nossa cidade que nós precisamos, como nunca, homenageá-la. E homenageá-la de duas maneiras: primeiro é não permitindo que nenhum outro jornalista ou escritor seja censurado por autoridades no Estado do Paraná. E segundo, viabilizando a publicação porque faz parte da nossa memória os seus escritos.

Obrigado.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Zuk, quero fazer uma proposta e espero que o Vanhoni e a Presidência também concordem, o companheiro Jamur Júnior tem estado diariamente aqui, nesta Casa. Cobre esta Casa com seu espaço no jornal “O Estado do Paraná”, tem o seu espaço na televisão que toda semana é apresentado aos sábados às 8 horas da manhã. Quero fazer uma proposta: se lá fora tem censura, este Plenário aqui não pode ter censura. Queria fazer uma proposta de que se desse 10 minutos ao jornalista, ao homem de televisão Jamur Júnior para que ocupasse a tribuna e desse uma amostragem do seu livro e o ponto que é o crucial, que nem eu, nem Vossa Excelência e nem nós aqui sabemos, estamos discutindo o assunto mas não sabemos qual é a essência deste assunto que é tão grave que se faz uma censura.

Então pediria ao presidente, hoje é quinta-feira, a Sessão é um pouco mais calma, que a gente pudesse abrir a tribuna para o Jamur, para que em 10 minutos ele pudesse fazer um relato do que realmente consta no seu livro, para que os deputados que não conhecem muito de perto o Jamur, pudessem ter ciência do que o livro traz.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Podemos conceder ao Jamur, teremos uma Sessão Extraordinária, e se ele quiser se manifestar por 10 minutos, estará à disposição a Casa.

Concedo mais um minuto ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente e senhores deputados, encerrando e agradecendo a participação do deputado Ângelo Vanhoni e também a intervenção do deputado Algaci Tulio, quando teremos a oportunidade e a honra de ouvir o relato pessoal do jornalista Jamur Júnior.

Queria desde já pedir ao líder do Governo - deputado Durval Amaral, que liberasse a sua Bancada que nós iremos entrar com um requerimento, pedindo à Imprensa Oficial do Estado qual foi o motivo pelo qual o livro Memórias da História da Radiodifusão do Paraná, não pode ser impresso pela Imprensa Oficial do Estado.

Pelo sinal positivo já agradeço ao líder, nesta ocasião, deputado Durval Amaral, que já deu aquiescência para que este pedido nosso fosse aprovado por este Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Ontem dois fatos estranhos ocorreram no Paraná. O deputado Geraldo Cartário, da tribuna, elogiava o

Fundo de Conservação de Rodovias não-pedagiadas, aprovado por este Parlamento. E ontem o secretário Nelson Justus acertou o lançamento de um programa de recuperação de rodovias no Noroestes do Estado. deveria estar o governador Jaime Lerner, mas ele não compareceu porque hoje tem dificuldades para andar pelo Paraná, não compareceu de medo do povo, esse mesmo povo que o elegeu governador por duas vezes, e hoje assiste um governador encurralado, sem iniciativa, fazendo com que o nosso Paraná se entristeça. Não pôde estar presente em Loanda e em Nova Londrina quando o secretário Nelson Justus lançou o programa, de medo do povo.

Medo do povo do Paraná. Esse povo pacífico e ordeiro, que não é um povo de briga, mas que também não gosta de políticos que não têm seriedade, que não trabalham e que façam o que esse governador fez no Paraná, acabando com as nossas perspectivas, enterrando na lama o nosso Estado. Estado-referência em nosso País em todas as áreas: saneamento, agricultura, administração, finanças públicas equilibradas.

Hoje, infelizmente, é um Estado deteriorado, uma vergonha absoluta. E todos os dias assistimos pela televisão notícias que chateiam o povo do Paraná. E aí é evidente, o governador Jaime Lerner busca se socorrer do nosso patrimônio, vendendo o que possuímos. E ele falou, e falou diversas vezes os jornais do Paraná estamparam o governador Jaime Lerner falando: “Não vamos vender a Copel. Não vamos vender o Banestado”. E o que fez? Vendeu e quer vender. Acho que infelizmente esse governo levou o nosso Estado para uma situação de quebraadeira, igualando a estados mais pobres da Federação.

Além disso, senhor presidente, ontem a imprensa noticiou que o governo do Paraná cancelou os Jogos Mundiais da natureza de 2001, para a tristeza dos “desportistas” do Paraná. Esses jogos que ficaram marcados tristemente na vida do nosso Estado com fatos que transparecem corrupção verdadeira e absoluta, envolvendo pessoas da cozinha do governador, e que aqui nesta Casa pretendemos investigar através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para sabermos o real destino do dinheiro usado indevidamente na primeira edição dos Jogos Mundiais da Natureza.

Pois bem, os Jogos Mundiais da Natureza possuem estrutura neste governo, têm funcionários que recebem, têm diretoria. E estavam eles, essa gente, organizando o malfadado Jogos da Natureza. Ontem a imprensa noticiou um release do governo do Paraná cancelando os Jogos Mundiais da Natureza. É mais um medo do governador? É mais uma trapalhada deste governo que se esbarra todos os dias em trapalhadas e confusões, dene-grindo a imagem do nosso Estado.

Senhor presidente, vamos entrar com requerimento para saber quanto o governo do Paraná gastou com esta comissão que está aí, organizando os Jogos da natureza. Vamos saber para onde está indo o dinheiro que deveria ser usado na conservação das rodovias, que deveria ser usado para pagar o salário dos servidores, que está há seis

anos achatado! Dinheiro que deveria ser usado para contratar funcionários no Hospital Regional de Cascavel, que está lá, parado! Dinheiro que deveria ser usado para melhorar a universidade do nosso Estado! E é usado irresponsavelmente! O dinheiro sumiu!

O secretário Hitoshi Nakamura, de triste memória que inclusive, segundo notícias, despacha normalmente na Secretaria do Meio Ambiente, mesmo sendo demitido. Ou pediu demissão. Não creio que o governador o tenha demitido. Ele foi multado pelo Tribunal de Contas do Estado em 20 milhões de reais, por desvio de recursos da obra do canal extravasor de Foz do Iguaçu. As bases náuticas estão lá, criando ratos, cobras, aranhas e lagartos. Abandonadas. Dinheiro público jogado pelo ralo da incompetência e da malvadeza.

Além dos 20 milhões que o Tribunal de Contas multou o ilustre secretário Hitoshi Nakamura, outros processos correm no Tribuna de Contas, para investigar suas mazelas como secretário do Meio Ambiente. Temos notícias, senhor presidente, “cabeludas” de corrupção na secretaria do Meio Ambiente, de prefeitos que trouxeram pastas de dinheiro para entregar para o secretário, envolvido em maracutaias. E tudo tranqüilo, sereno, E o governo nada fez. Para ele isto é normal. A corrupção, a podridão que envolve este governo é algo que dá nojo ao povo do Paraná. E é por isso que não consegue mais andar nas ruas! É por isso que lá em Londrina ele foge pela porta dos fundos. Não consegue inaugurar uma reforma de escola! É por isso que vai a Cascavel assinar convênios e o povo o vai! O povo o xinga! Este povo bondoso do Paraná, este povo que respeita, mas que está saturado porque não aguenta mais uma filosofia de governo que falseia a verdade, que impede que o Jamur publique seu livro, contando nossa história e que por outro lado faz com que a Imprensa Oficial desvie um milhão e meio de reais dos cofres públicos em maracutaias, em licitações fraudulentas!

É este o governo que o nosso Paraná possui, senhor presidente. E é por isso que nós estamos aqui anunciando a esta Casa que vamos fazer um requerimento, para saber quanto este governo relapso gastou.

Para concluir, senhor presidente. Quanto gastou com esta maracutaia dos Jogos da Natureza? Não só na primeira edição, quando membros da família, dizem as notícias, estão envolvidos no desvio de recursos. Vergonhosamente! Enlameando o nosso Estado! Entristecendo nosso povo. Vergonhosamente!

Agora, a primeira edição, que ocorreu em 1988, há três anos, e que ainda hoje nós aqui, temos que repercutir aqueles fatos. De lá para cá, sabemos que há uma estrutura no governo para cuidar da realização da segunda edição daqueles jogos, de triste lembrança para o povo do Paraná. Pois então queremos saber aonde e quanto este governo tem gastado com estas coisas que entristecem, pueris, infantis. E um governo que não é sério, que não tem a seriedade como lema, que se perdeu nas suas mazelas, nos seus atos, fazendo com que o nosso Paraná se

perca em notícias ruins, não só aqui, mas em todo o território nacional.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

PL. PSB. PST. PT. PPB.

(**Declinam**)

Horário das Lideranças. Com a palavra, deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

O deputado Nereu Moura acabou de discorrer sobre a questão dos Jogos Mundiais da Natureza que nós vimos a festa que foi feita lá, os jogos foram realizados em baixo de chuva, e o principal desafio dos jogos foi a descida de helicóptero do governador Jaime Lerner, o grande desafio que conseguiram baixar em várias bases náuticas, que hoje estão destelhadas, com exceção da base de Entre Rios que a prefeitura mantém a custos altos, o deputado Ademir Bier conhece bem essas realidade, e as demais bases, se não forem os prefeitos que as vezes vão lá consertar, estão às ruínas, não serve para nada. Não se discutiu com a população local que poderia ter boas idéias, a colônia de pescadores, mais de 171 famílias poderiam discutir as bases náuticas. Enfim, está jogado às moscas, lá.

Há poucos dias estive visitando a base de Itaipu-lândia, lá encontrei um soldado dormindo, claro não tinha ninguém, não tinha barulho nenhum, só o vento batendo na água, então um lugar propício para se tirar uma soneca. Mas veja, presume-se que pelo menos 50 milhões de reais foram para o ralo.

Mas esses jogos nós não queremos, Jogos Mundiais da Natureza, outros jogos da tradição paranaense, do envolvimento das escolas, dos professores de educação física do Paraná, que há muito tempo já fazem esses jogos, esses nós gostaríamos de tê-los de volta.

Os Jogos Escolares no Paraná têm uma tradição, há mais de 20 anos existe competição entre estudantes, até 91 a realização dos jogos era de responsabilidade da Secretaria de Estado de Esportes, depois passou para a Secretaria de Estado da Educação, em 98 ocorreu a última edição dos jogos escolares, deputado Algaci Tulio, quando a secretária Alcione Saliba assumiu e acabou com a competição. Uma competição que auxiliava a formar atletas simplesmente deixou de existir. Na Olimpíada de Sidney sessenta atletas da delegação brasileira foram selecionados em jogos escolares realizados em vários Estados do Brasil.

Os jogos escolares eram disputas realizadas entre seleções de escolas públicas e privadas do Paraná. As competições eram divididas em fases interescolar, municipal, regional e final, envolvendo nove modalidades,

basquete, handebol, vôlei, futsal, futebol, xadrez, tênis de mesa, atletismo e ginástica desportiva, em duas categorias de atletas, uma até quatorze e outra até dezesseis anos. Os jogos envolviam cerca de 600 mil atletas estudantes, em mais de 290 municípios, com um custo, passem os senhores, o custo desses jogos, deputado Nereu Moura, 700 mil reais, baratíssimo. Enquanto os Jogos da Natureza custaram aproximadamente 85 milhões de reais, enquanto o centro de excelência de basquete que o governo inaugurou dizendo que era uma parceria com o Rexona, na verdade o governo gasta 150 mil reais mensais dizendo que é uma parceria, que é de interesse e tudo o mais. No discurso é uma coisa, na prática é bem outra.

O fim dos jogos escolares também trouxe prejuízo aos professores de Educação Física. Desse professores do Paraná, deputado Eli Ghellere, foram cortadas suas aulas noturnas, porque a LDB é clara, as instituições escolares têm que oferecer educação física noturna, ela é facultada aos alunos, mas a escola tem que oferecer. O que o Estado fez? Cortou. os professores de educação que tinham atividades, a chamada competição de demonstração, “show” de competição, através dos jogos escolares e através das aulas regulares, também foram cortados, na medida em que os jogos escolares deixaram de existir, mas não só os jogos escolares deixaram de existir. Pelo menos 21 outros projetos desportivos, que envolviam a comunidade, que tiram os jovens da droga, que colocavam a comunidade em um ambiente saudável, porque a competição desportiva, sobretudo a amadora, foram extintos no Paraná. São mais de 21. Vou citá-los.

(Lê):

#### “PROJETOS QUE DEIXARAM DE SER REALIZADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DESDE 1995

1. Projeto Operação Município - Em parceria com os municípios, visava diagnosticar a realidade esportiva no Estado do Paraná: - lideranças, instalações, projetos municipais, e outras informações.

2. Projeto Integração - Em parceria com os municípios, visava oferecer através de um repasse de material esportivo anual, atividades de iniciação esportiva para a comunidade paranaense.

3. Projeto Paraná Olímpico - Em parceria com a iniciativa privada, oferecia bolsa-auxílio aos atletas paranaenses com a participação em competições internacionais, evitando-se que estes atletas parassem de competir no Paraná, transferindo-se para outros Estados;

4. Projeto Paraná Nacional - Em parceria com a iniciativa privada, oferecia bolsa-auxílio aos atletas paranaenses com a participação em competições nacionais, evitando-se que estes atletas parassem de competir no Paraná, transferindo-se para outros Estados.

5. Projeto Frutos da Terra - Em parceria com a iniciativa privada, oferecia bolsa-auxílio aos talentos esportivos até 17 anos, evitando que estes atletas parassem de competir e estudar, para trabalhar ajudando na renda familiar;

6. Projeto Jogos Escolares do Paraná - Em parceria com os municípios e federações, evento destinado a seleções escolares, visava propagar a prática do esporte, no maior celeiro de futuros atletas que é a escola.

7. Projeto Pólos Esportivos - Em parceria com os municípios, visava oferecer, através de dois repasses de material esportivo anuais, atividades de aperfeiçoamento esportivo para comunidade paranaense de até 15 anos;

8. Projeto Férias no Município - Em parceria com as universidades e municípios até 1000 habitantes, visava oferecer atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras para comunidade paranaense que não tem condições de deslocar-se para o litoral durante as férias de verão.

9. Projeto Cidade em Festa - Em parceria com os municípios-sedes dos jogos oficiais do Paraná, visava oferecer atividades de lazer para a população, bem como envolver a comunidade do município com os jogos realizados;

10. Projeto Programa de Orientação de Atividade Física - Em parceria com os municípios, oferecia através da sua unidade móvel, a capacitação de profissionais da área da saúde e da atividade física e a conscientização da população paranaense da importância da atividade física para melhoria da qualidade de vida;

11. Projeto Laboratório da Ciência do Movimento - Situado no ginásio do Tarumã, visava diagnosticar e avaliar as condições físicas de atletas e da população em geral, prescrevendo atividade compatível com cada grupo;

12. Projeto Academia de Ginástica Popular - Parte do laboratório da ciência do movimento, atendida a população em geral, atletas e portadores de necessidade especiais no desenvolvimento de uma atividade física, bem como centro de capacitação de profissionais de municípios para desenvolverem a atividades nesta área;

13. Projeto Programa de Capacitação de Recursos Humanos - Em parceria com municípios universidades e federações, visava realizar, dentro das realidades e interesses regionais, cursos de capacitação de profissionais para atuarem na área do esporte e lazer;

14. Projeto Lazer em Ação - Em parceria com os municípios, visava oferecer atividades de lazer, através da realização de ruas de lazer, passeios ciclísticos, torneio relâmpagos, e outros, para a comunidade paranaense;

15. Projeto Arbitragem - Em parceria com as federações, visava manter em constante avaliação e reciclagem, os árbitros que atuavam nos jogos oficiais do Paraná, bem como era responsável pela convocação para os referidos eventos;

16. Projeto Corra para a Saúde - Em parceria com os municípios, visava a realização de uma atividade de corrida para toda a população da cidade, respeitadas as faixas etárias, a cada trimestre do ano. Ao final do ano todos que participassem das 04 etapas, receberiam uma medalha e um certificado, e principalmente o hábito pela prática da atividade física;

17. Projeto Motor - Em parceria com os municípios, visava a capacitação de profissionais da área da educação física do município, habilitando-os ao trabalho na área do desenvolvimento motor com crianças até 07 anos;

18 - Projeto Atividade Física para Crianças Asmáticas de 06 a 14 anos - Em parceria com a comunidade, visava à distância, capacitar pessoas (pais, professores, líderes comunitários, agentes de saúde e outros) para conscientizar da importância da prática de atividades físicas para crianças asmáticas para melhoria de sua qualidade de vida, bem como capacitar professores e acadêmicos de educação física para o desenvolvimento desta prática;

19 - Projeto Marketing - Visava a busca de parceiros na iniciativa privada para o desenvolvimento de projetos na área do esporte e lazer;

20 - Projeto Revista Técnica e Científica - Em parceria com a comunidade científica da área do esporte e lazer, editar textos e periódicos da comunidade científica, divulgando o conhecimento do esporte e lazer;

21 - Projeto Justiça Desportiva - Projeto em parceria com a comunidade jurídica e esportiva visando desenvolver o conhecimento específico da justiça desportiva. Atuando inicialmente nos jogos promovidos pelo governo do Estado, passando posteriormente à iniciativa privada.”

São esses alguns projetos que foram extintos pelo governo Jaime Lerner. Desses projetos, alguns deles, como Jogos Escolares, que ultrapassa os governos, foram extintos por esse. É uma calamidade o que estamos vendo. Os Jogos Mundiais da Natureza, idéia de um grupo espanhol, comprada a preço de ouro pelo governo do Estado, em parceria com a Redis e outras empresas, coordenadas pela filha do governador, essa, sim, davapara desviar mais de 50 milhões de reais - essa eles viabilizaram. Esses projetos, alguns da tradição da história desportiva escolar do Paraná foram extintos e aposto que nem comunicada a Bancada, que dá sustentação ao governo, aqui, a duras penas foi comunicado. Esse governo não tem sensibilidade social. Esse governo não tem compromisso com os professores do Paraná, não tem compromisso com os estudantes que querem fazer do desporto uma atividade que os tire das ruas, da droga, do meio social inconveniente e os coloque num meio sadio, da convivência, da boa disputa, que são os jogos escolares, que são os projetos de Educação Física, os projetos esportivos amadores.

Nós queremos um Estado novo e pensamos e torcemos para que, a partir do ano que vem, tenhamos um Estado que se volte ao Paraná e sobretudo aos jovens paranaenses, porque o que está em jogo aqui é que o governo jogou no lixo tantos e tantos projetos da história do Paraná.

Concede o aparte ao deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Agradeço o aparte do nobre deputado Irineu Colombo.

Acredito que seja realmente um direito da Oposição criticar e questionar os Jogos Mundiais da Natureza. Até porque, no campo ideológico e até porque no campo do resultado prático, nós podemos ter opiniões discordantes, é um direito de cada cidadão e é um direito de cada parlamentar. Acho até que a proposta dos Jogos Mundiais da Natureza, na visão dos deputados da Oposição possa não ter sido uma boa proposta para o Paraná, até mesmo no aspecto de colocar a imagem do Paraná, a nível mundial. É um direito e cada um tem o direito de julgar, da sua melhor forma, da sua melhor maneira. entretanto fazer relações que haja envolvimento de parentes do governador, é uma acusação extremamente séria e pode ser extremamente maldosa, especialmente não havendo consistência nessa acusação, principalmente, não havendo provas nessa acusação.

Então, enquanto discordamos da proposta política desses jogos ou do resultado prático para levar a imagem do Paraná, não só dentro do Brasil, mas fora do Brasil, com os volumes, os recursos que foram gastos, tudo isso é compreensível.

Mas acredito que nós, parlamentares, até o senhor tem colocado de uma maneira muito educada, muito educado o seu pronunciamento, com muita, inclusive disciplina parlamentar, mas não podemos efetivamente, fazer acusações sem que tenhamos provas contundentes.

Caso contrário, corremos o risco de expor pessoas que sequer tenham qualquer tipo de envolvimento nos Jogos da Natureza ou em outros procedimentos, a nível de governo de Estado.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Augustinho Zucchi

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Irineu Colombo, na verdade eu fui prejudicado, no meu aparte, pelo líder do governo, nosso companheiro, deputado Durval Amaral. Mas Vossa Excelência colocou aí a possibilidade ou o desvio de não sei quantos milhões de reais, cinquenta milhões de reais, inclusive aqui nesta Casa tem um pedido de CPI para investigar os Jogos Mundiais da Natureza. Da mesma forma o deputado Nereu Moura coloca uma denúncia cabeluda que um prefeito teria trazido ao Hitoshi Nakamura uma pasta cheia de dinheiro. Quer dizer, é uma coisa complicada isso, acho que é realmente ou se investiga, ou se diz e se prova alguma coisa com relação a essa questão senão fica realmente uma coisa muito complicada, nós ouvimos essas afirmação sem que haja nenhum tipo de apuração, nesse caso, e de punição exemplar de qualquer envolvimento que haja nesse sentido. Apenas colocando uma interrogação porque hoje há uma banalização, você liga a televisão tudo é denúncia, tudo é problema, CPI etc e tal.

O deputado Cartário agora há pouco subia a tribuna e dizia o seguinte: eu quero aqui o resultado da CPI do Narcotráfico. Eu também fico lá a imaginar, me perdoe o deputado Geraldo Cartário, se não vem aquela CPI do Narcotráfico Nacional, aí, o próprio governo admite, por exemplo que diminuiu sensivelmente o roubo de carros, aqui na capital, depois da vinda daquela CPI. então eu acho que nós estamos aqui também a encontrar um ponto de equilíbrio que não seja nós aqui fazermos determinadas acusações ou afirmações, sem que isso chegue a um determinado ponto. Eu, por exemplo, acho que essa afirmação do deputado Nereu Moura na tribuna, desta denúncia de que um prefeito teria trazido para o ex-secretário Nakamura, uma pasta cheia de dinheiro, quer dizer, temos que ver isso aí, investigar, não é possível, daqui vamos para as votações, uns levantam, outros sentam, e tudo passou numa quinta-feira de manhã. Isso não é possível, vou voltar a esse assunto na semana que vem.

Acho que temos que, em nome da Assembléia, tomar alguns posicionamentos para esclarecer estas questões que pairam as dúvidas no ar e daqui há pouco estamos aí sem ter como realmente tomar uma atitude mais concreta com relação a esta questão.

Muito obrigado.

O Sr. Nereu Moura

Nós, da Assembléia, somos culpados por isso, porque toda vez que sai escândalo nesse governo, a Assembléia não quer fazer apuração. Convido o deputado Augustinho Zucchi para assinar a CPI dos Jogos Mundiais da Natureza.

Então, é por aí. Vamos instalar a CPI dos Jogos Mundiais da Natureza, inclusive, deputado Colombo, Vossa Excelência propõe ao líder do Governo para que ninguém saia chamuscado injustamente nesse processo, vamos fazer a CPI porque aí não vamos cometer injustiça, vamos saber efetivamente quem desviou o dinheiro, e se as notícias que andam por aí que envolvem pessoas próximas ao governador são mentirosas, seremos os primeiros a vir à tribuna para corrigir esta injustiça.

Então, o que precisamos fazer é uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar, para saber efetivamente quem foram os responsáveis no caso de ter havido desvio de recursos dos Jogos Mundiais da Natureza.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Nereu Moura, deputado Durval Amaral, deputado Augustinho Zucchi, quando recebi o convite aqui, estive no lançamento em Foz do Iguaçu, quando lá estava o Ministro, na época, do Esporte e Turismo, era bem antes do deputado Rafael Greca; estive lá, não fui prestigiar, fui constatar. Estive nos municípios, como o deputado Eli Ghellere, na ocasião vice-prefeito de São Miguel, estive o deputado Ademir Bier, que na época era prefeito de Marechal Cândido Rondon, acompanhava ou pelo menos o seu sucessor, e temos informações que acho

que a Bancada de sustentação do governo talvez não tenha.

O modelo como foram montados os jogos, a formulação financeira dos jogos e a prestação de contas. Vou afirmar aqui um valor que gostaria até que conferisse. Da Secretaria de Esporte e Turismo para o Jogos Mundiais da Natureza, saíram apenas 20 milhões, contabilmente e do ponto de vista da legalidade, está tudo certo.

Acontece que os Jogos não foram coordenados pela Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, foram coordenados e o ordenamento financeiro por um comitê e este comitê tinha pessoas da sociedade, e posso trazer as minhas provas documentais, testemunhais, de valores, mas a quem?

Não preciso trazer documento para provar a mim mesmo, num discurso de tribuna, tenho que provar a um instituto ou a um organismo, ou a uma instância, que possa fazer a investigação e se for o caso remeter ao judiciário para que puna quem desviou o recurso. Então farei isso com tranquilidade, acho e concordo com o deputado, do ponto de vista que ninguém pode fazer ilações, presumir tem ter alguma contundência, indícios e provas testemunhais, cada departamento e cada empresa que montou pacotes de vendas para a iniciativa privada, como foram realizados os jogos. Quem ficou? Quem deve para quem? Quais as empresas nacionais e internacionais de Curitiba participaram dela? Quem foi o gestor financeiro: Quem foi o coordenador de tal área? Como é que foi a participação da empresa Caloi?

Quero fazer tudo isso, para um setor, um organismo, uma instância que tenha efeito prático.

Acho que seria um bom momento de se instalar a CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças.

Deputado Basílio Zanusso no Horário do PFL.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor presidente e nobres colegas, num aparte feito pelo deputado Ricardo Maia, durante o discurso do deputado Cartário, comunicou à Casa que participou da viagem que fez conosco para Loanda, ontem.

Nós, deputados, fomos convidados pelo secretário de Transportes, pelo diretor geral do DER, para irmos para Loanda e algumas cidades próximas, para o início das obras de recuperação das estradas não pedagiadas.

A presença de parlamentares lá, não teve nenhum objetivo, senão de presenciar depois de tanto tempo, que os deputados que representam dentre outros, os que estiveram lá: eu, os deputados Ricardo, Accorsi: o deputado Beraldin não pôde ir. Foi para assistir o início de uma obra que deveria ter acontecido há muito tempo. As estradas estão abandonadas.

Graças a Deus o secretário de Transportes conseguiu a liberação de um recurso na ordem de 3 milhões de

reais, que não sei se ainda foram destinados, se estão de posse daquela secretaria. Mas, se deu um início, mesmo os recursos oriundos e provenientes do projeto e da lei que esta Casa votou, de iniciativa do deputado Cartário.

Portanto, senhores deputados, é com alegria que estivemos lá, mas para assistir uma obra que deveria ter acontecido há muito tempo.

As estradas estão pedagiadas, as cascas de ovos, que se falava nas obras de Canet, principalmente. Alguém lembrou do maior governador do Paraná, no que diz respeito à realização de obras viárias, na construção de estradas.

Essas estradas tinham, era previsto uma duração de cinco ou seis anos e, faz quase vinte anos, senhor presidente.

Portanto, o nosso registro, da nossa presença, lá em Loanda, depois Santa Cruz do Monte Castelo e Porto Rico, de agradecimento à Secretaria de Transportes, pelo convite feito a esta Casa. Mas, não pode parar por aí. Apenas duas ou três cidades, não há como transitar mais em determinadas estradas. Por exemplo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo, São João do Caiuá, que já foi atendido inicialmente, parcialmente, mas são todas as estradas do Noroeste do Paraná.

Não pode o governo parar neste número de três milhões de reais, que não atendem nunca as necessidades emergentes que o Paraná pede e exige.

Rapidamente, senhor presidente, queria manifestar antecipadamente, meu voto favorável ao Projeto nº 444, de autoria do deputado Hermas Brandão. É apenas um artigo, mas da maior importância; já existe legislação federal a respeito. Deputado Caíto Quintana e este deputado, apresentaram nesta legislatura, no início dela, projeto similar. Vou ler:

“Artigo 1º - Fica o poder Executivo obrigado a publicar no Diário do Estado, dentro do prazo de 30 dias de sua efetivação, todos os pagamentos realizados pelos seus órgãos da administração direta, indireta do Estado a qualquer título.”

Talvez, senhor presidente, apresente amanhã ou na oportunidade da 2ª Discussão, emenda, estendendo que essa publicação chegue a entidades representativas, às Câmaras Municipais. É a forma de se dar publicidade para que as cidades tenham conhecimento, às Câmaras Municipais especialmente, dos recursos que lhe são destinados pelo Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de líder do

PSL, constante do expediente, indicando o nome dos senhores deputados que participarão das Comissões Permanentes desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Divanir Braz Palma, na qualidade de líder do PST, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para concorrer ao sorteio dos membros que farão parte das Comissões de Legislação nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Pastor Edson Praczyk, na qualidade de líder do PL, constante do expediente, indicando o nome da senhora deputada como membro titular, para compor a Comissão de Constituição e Justiça nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Zuk, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado como titular para compor a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Moisés Leônidas, na qualidade de líder do PSB, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para compor a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Projeto de resolução de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04 e 05, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 313/99, item 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria conforme avulso distribuído aos senhores deputados:



**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 064/96, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 105/96, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que inclui na merenda escolar derivados de mandioca. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 190/96

Curitiba, 16 de julho de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 118/96, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuições conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 105/96, por julgá-lo contrário ao interesse público em vista de informações da SEED de que a medida seria inóqua e desnecessária pelo fato de a merenda escolar utilizar os mais variados produtos de elevado valor alimentício, inclusive aquele que o autor menciona.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo à essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 105/96, foi publicado no D.A. nº 32, de 02/04/96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 064/96

P A R E C E R :

A presente Proposição - Veto, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 105/96, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que inclui na merenda escolar derivados de mandioca.

Da análise legal, regimental e constitucional, a presente proposição encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável a encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

**ITEM 02**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 066/96, veto aposto ao Projeto de Lei nº 396/95, de autoria do deputado Walmor Trentini, que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública edificar no município de Paranavaí, o Instituto Médico-Legal. Com relatório da C.C.J., consi-

derando o veto em condições de ser apreciado pelo plenário.

OF/CTL/SEEG nº 242/96

Curitiba, 11 de setembro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 204/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 396/95, face inconstitucionalidade por vício de iniciativa (art. 66, inc. IV-CE) e porque pretendida medida, que independente de lei, está prevista para ser implantada neste ou no próximo exercício.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 396/95 foi publ. no DA 131, de 09.10.85).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 66/96

P A R E C E R :

A presente Proposição Veto do Poder Executivo, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei 396/95 do deputado Walmor Trentini que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública, edificar em Paranavaí, o Instituto Médico Legal.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer contrário, por o mesmo ser inconstitucional.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIS CLAUDIO ROMANELLI - Relator

**ITEM 03**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 067/96, veto aposto ao Projeto de Lei nº 057/95, de autoria dos deputados Péricles Mello e outros, que altera a Lei nº 10.981 de 27.12.94, que assegura ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente, os direitos inerentes ao cargo conforme específica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 243/96

Curitiba, 11 de setembro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 165/96, dessa presidência, e de levar ao conhecimento

de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 057/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do art. 2º, da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a liberação de servidores públicos eleitos para funções sindicais, implicando, tal medida, caso acolhida, na liberação de excessivo número de servidores, com óbvios prejuízos à administração.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre, fundamentalmente, de sua indiscutível e flagrante inconstitucionalidade, eis que, por versar sobre matéria cujo início do processo legislativo é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo, afronta o preceito contido no art. 66, inciso II, da Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresenta a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 057/95, foi Publ. no D.A. nº 17, de 20.03.95).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 67/96

#### P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda de mensagem governamental, visa vetar o Projeto de Lei 57/95 de autoria do deputado Péricles Mello, que tem por objetivo alterar a Lei nº 10.981/94, que assegura ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente, os direitos inerentes ao cargo.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à matéria, manifestam-nos contrariamente ao Veto, pois o projeto de lei é perfeitamente constitucional.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 04

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 068/96, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 532/95, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a reintegrar o jornalista Ruyter Carraro, forçado a demissão da Copasa-Codapar, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG nº 258/96

Curitiba, 20 de setembro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 167/96 dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 532/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a reintegrar Ruyter Carraro, ex-servidor da Copasa-Codapar.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decore, fundamentalmente, de sua indiscutível inconstitucionalidade porque afronta o art. 66, inciso II, da Carta Estadual, que reserva ao chefe do Poder Executivo a competência para início do processo legislativo da matéria versada.

Ademais, inobstantemente a apontada inconstitucionalidade, é oportuno e necessário destacar a completa inexistência do direito ao interessado retornar às funções que exercia na extinta Copasa, de onde solicitou dispensa em 01.03.64 e não 31.03.64, como consta no texto deste projeto de lei.

Tal assertiva confirma-se plenamente diante do fato de inúmeras e sucessivas decisões, tanto na esfera administrativa quanto na judicial todas concluindo pela improcedência dos pedidos formulados.

Melhor detalhando a impossibilitando de acolhimento à medida, adiante segue transcrito pronunciamento da Procuradoria-Geral do Estado, expedido em análise que procedeu em relação ao presente Projeto de Lei nº 532/95.

“1 - Ruyter Carraro laborava como “fiel de armazém”, da extinta Copasa (empresa sucedida por Codapar), tendo solicitado demissão em 1.03.64, desligando-se da companhia em 1º.04.64, quando recebeu todos os haveres a que tinha direito.

2 - Fez vários pedidos administrativos (o primeiro deles datado de 21.05.90, e todos apensos ao protocolado 768.402-9) requerendo seu reingresso ao cargo que ocupava, com os demais consectâneos inclusive aposentadoria. Alegou que o seu ato (pedido de demissão) fora motivado por perseguição política, vez que era militante de esquerda. Assim, por força de coação física e moral, teria sido obrigado ao pedido de demissão, além de ter de se evadir de Pato Branco, onde laborava e residia.

3 - O fundamento jurídico de seu pedido é a anistia dada aos perseguidos políticos de então. Esta anistia viu-se consubstanciada no art. 8º dos ADCT da Constituição Federal, disciplinado - no que tange ao Estado do Paraná - pelo art. 39 dos ADCT da Constituição Estadual.

4 - Ruyter Carraro também ajuizou Reclamatória Trabalhista contra Codapar (autos 1.310/93-JCJ de Pato Branco).

Esta ação foi julgada improcedente em 1ª instância e foi objeto de Recurso Ordinário que se encontra aguar-

dando data para julgamento no E.Tribunal Regional do Trabalho.

Importante é notar que a sentença de 1ª instância entendeu que o requerimento não seria beneficiário da anistia (art. 8º/ADCT/CF) porque não demonstra que sua demissão se dera por motivação política (1)

5 - Tendo em conta o que dispõe o § 1º do art. 39 do ADCT da Constituição Estadual (2), o pedido inicial de Ruyter Carraro foi indeferido.

6 - A Câmara Municipal de Pato Branco lembrando que não transitava em julgado a sentença, pediu reconsideração da decisão administrativa. Tal pedido foi indeferido por ilegitimidade da requerente Câmara Municipal. O processo judicial continua aguardando decisão do Tribunal Regional do Trabalho.

Por conta de uma situação fática (ausência de prova - junto ao Judiciário), Ruyter Carraro não recebeu os benefícios da anistia (no que concerne à sua reintegração). E justamente pelo fato de o Poder Judiciário - pelo menos até o momento - não se ter convencido do fato da perseguição política é que o Executivo não o reintegrou (é evidente a colheita e a apreciação de provas pelo Judiciário é muito mais ampla e verossímil do que aquela feita em sede administrativa).

Independente de se entrar no mérito e na justificativa da projetada lei, ela só faz autorizar o Executivo a reintegrar referido ex-servidor. Em outras palavras a lei faz estender os efeitos da anistia ao citado ex-servidor, o que ele (até o momento) não conseguiu junto ao Poder Judiciário.

Esta é a situação atual envolvendo Ruyter Carraro.

Destaco e Vossa Excelência pode ver do narrado, que as decisões expedidas sempre foram de critério técnico-jurídico, jamais políticas”.

Esses motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a)JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 532/95, foi publicado no D.A. nº 177, de 06.12.95).**

(1) Diz trecho da sentença *ipsis litteris* “... O temperamento do autor, demonstrou contradições, as quais não deveriam existir, mormente num processo desta natureza: - em, momento algum restou sobejamente provada a ordem de “prisão” e, perseguições políticas - a conduta política do autor em nada influenciou o desligamento espontâneo do reclamante, em face da reclamada, tanto que, o mesmo se dirigiu para Passo Fundo-RS, e não ficou escondido...”

(2) “Não serão beneficiados os que tenham tido suas pretensões apreciadas pelo Poder Judiciário e merecido sentença em contrário transitada em julgado”.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 68/96

### P A R E C E R :

A proposição em tela traz um veto apostado ao Projeto de Lei nº 532/95 que foi comunicado a esta Casa pelo governador do Estado, através do Ofício nº 258/96, daí decorrendo o prazo constitucional para devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela C.E.

O senhor governador vetou o referido projeto de lei usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso VII, e o art.71, § 1º ambos da Constituição Estadual. A razão exposta pelo senhor governador para o mencionado veto decorre, fundamentalmente, de sua inconstitucionalidade porque afronta o art. 66, inciso II, da Carta Estadual, que reserva ao chefe do Poder Executivo a competência para início do processo legislativo da matéria versada. Ademais, destaca a completa inexistência do direito ao interessado retornar às funções que exercia na extinta Copasa de onde solicitou dispensa em 1º.03.64 e não 31.03.64, como consta no texto deste projeto de lei.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 9.11.1996.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

### ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 073/96, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 050/96, de autoria do deputado Albanor Gomes, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a doação de motoniveladora marca Cartepilar, modelo 120 B, série 3.200/601, ano de fabricação 1986, para o município de Contenda. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 336/96

Curitiba, 26 de novembro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 297/96, dessa presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 050/96, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes de que a pretendida doação poderá efetivar-se, tendo em vista que a questionada motoniveladora é absolutamente indispensável, porque será utilizada na execução do programa “Paraná 12 Meses”, assim como em outras atividades ligadas a obras rodoviárias do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

**(O Projeto de Lei nº 050/96, foi publ. no D.A. nº 13, de 11.03.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 73/96

**P A R E C E R :**

A presente proposição Veto, oriunda de Mensagem Governamental, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 50/96, do deputado Albanor Gomes que visa autorizar o Poder Executivo a efetivar a doação de motoniveladora Caterpillar, ano 1986 para o município de Contenda.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos favoráveis ao encaminhamento ao Plenário, vez que está de acordo com o prazo regimental e constitucional.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.1997.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EDUARDO TREVISAN - Relator

**Em votação.**

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de encaminhar esta votação de proposição de veto de vários deputados, em primeiro lugar porque são vetos de 95, de 96, que estão na Casa de longa data, razão pela qual é até inócua a derrubada desses vetos, haja vista que a Casa tem que se pronunciar com base no próprio Regimento Interno, no máximo 30 dias após o veto.

Entretanto, se este não for o entendimento dos senhores deputados, o projeto do deputado Luiz Accorsi que prevê a inclusão de mandioca na merenda escolar, deputado Orlando Pessuti, porque a mandioca já faz parte da merenda escolar no Estado do Paraná. O projeto do deputado Valmor Trentini que autoriza o município de Paranavai a instalar um instituto Médico Legal, o projeto é profundamente inconstitucional, haja vista que isso é competência privativa do Poder Executivo.

O projeto do deputado Péricles Mello, vetado pelo senhor governador, também é inconstitucional porque é matéria de competência do governo do Estado.

A proposição de veto ao projeto do deputado Augustinho Zucchi, que propõe a readmissão de um funcionário da Copasa-Codapar, também trata-se de matéria inconstitucional e vencida, até porque isso é de 1995.

Outra proposição de veto do deputado Albanor Gomes que visava doar uma Moto Niveladora ao município de Contenda, essa máquina, temos informações, ela é uma máquina em bom estado e está em uso inclusive ainda por parte do Departamento de Estradas e Rodagem.

Então, todos esses vetos, senhor presidente, podem tranquilamente ser mantidos, razão pela qual eu sugiro aos senhores deputados que votem na cédula mantendo o veto, votado sim nesse processo de votação. Muito obrigado, senhor presidente!

**O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, nós fizemos um acordo com o deputado Durval Amaral com relação a votação em bloco, eu gostaria até de explicar o nosso posicionamento na concordância, porque a nossa interpretação é que como a Casa é política, o que é consenso, não há dúvida, nós vamos caminhar juntos e não se aplica no consenso toda a espada rigorosa do nosso Regimento Interno. Mas, o Regimento Interno, Vossa Excelência, é bem verdade, vai utilizar quando houver divergência de opinião.

Então, que não fique essa prática do bloco como uma cultura, uma jurisprudência interna nesta Casa. Por outro, a pedido do deputado, nosso líder da Bancada, tendo em vista a importância dos projetos, do nosso ponto de vista, recomendamos a nossa Bancada de Oposição o voto "Não" ao veto.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à Chamada Nominal dos senhores deputados.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)**

**(Procede à Chamada Nominal dos senhores deputados).**

Quarenta senhores deputados votaram, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Convido os deputados Orlando Pessuti, Kiélse e Cesar Seleme para o escrutínio.

Votaram quarenta senhores deputados. Vinte e um senhores deputados pela derrubada dos vetos. Dezenove pela manutenção dos vetos. Estão mantidos os votos porque não alcançou o quórum necessário para as suas derrubadas.

Havendo alteração da ordem de votação passamos a votar o item 9º.

**ITEM 09**

**1ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei Complementar nº 313/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que altera a redação da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que institui a região metropolitana de Maringá. **COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 66, de 10.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 313/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 313/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, altera a redação da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, através da qual foi instituída a Região Metropolitana de Maringá.

A criação de regiões metropolitanas está prevista no artigo 25, § 3º, da Constituição Federal (Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum).

Na Constituição Estadual, os artigos 21 a 26 tratam das regiões metropolitanas.

Tendo em vista que a criação da região metropolitana se faz por lei complementar, a alteração da legislação também deve ser feita por essa via, sob pena da proposição ferir a hierarquia das leis constantes do artigo 59 da Constituição Federal.

Isto posto, apresentamos nosso Parecer Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 313/99, por considerar a proposição constitucional, legal e na forma da técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 06.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

LEI COMPLEMENTAR Nº 83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída, na forma do artigo 25, § 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu e Mandaguacu.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Maringá terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo prefeito de Maringá e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da região metropolitana.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da região metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da região metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "do Governo", em 17.07.98.

(aa) Des. HENRIQUE CHESNEAU LENZ CÉSAR

Governador do Estado, em exercício

MIGUEL SALOMÃO

Secretário de Estado do Planejamento  
e Coordenação Geral

**ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/01, que dispõe sobre a redistribuição da quota estadual do salário educação entre o Estado e seus municípios, de que trata o artigo 15, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO COM EMENDA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Exe-

cutivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F. **Em votação.**

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Há emenda sobre esse projeto na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa não recebeu a emenda.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, houve um acordo entre o autor do projeto e o líder do Governo, que haveria a prestação de uma emenda. Talvez, a emenda não tenha chegado ainda. Não sei se posso pedir a retirada, para a próxima sessão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento nº 183, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) sessão do Projeto de Lei nº 104/99.

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que isenta de pagamento de taxa de vestibular alunos egressos de escola pública estadual. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, emendas de plenário, em número de quatro (04), de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 233/99

Inclua-se onde couber:

Art. ... - Estende-se o benefício desta lei aos alunos que, mesmo concluindo o curso de ensino médio em escolas particulares, comprovarem renda familiar mensal igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

Apoioamento:

Ricardo Maia, Renato Gaucho, Antonio Carlos Belinati, Cesar Seleme, Antonio Baratter, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda busca beneficiar também aqueles alunos que embora pertencentes a famílias de baixa renda, por motivos diversos, como a concessão de bolsa de estudos, outros subsídios ou pelo próprio esforço da

família custeando seus estudos, concluíram ou estão concluindo o ensino médio em escolas particulares. Observe-se que, de acordo com a nossa proposição, o aluno egresso de estabelecimento de ensino privado somente será contemplado com o benefício se comprovar um rendimento familiar mensal de no máximo 03 (três) salários mínimos, ou seja, R\$453,00 (quatrocentos e cinquenta e três reais), provando assim que realmente se trata de pessoa necessitada e, portanto, merecedora da isenção em análise.

### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 1º - O vestibulando pertencente a família carente que tenha cursado o 2º grau de ensino em escolas públicas estaduais fica isento do pagamento da inscrição ao vestibular nas universidades ou faculdades estaduais.

Art. 2º - O vestibulando deverá apresentar no ato de inscrição ao vestibular documento comprobatório de que tenha cursado o 2º grau de ensino em escolas públicas estaduais e a sua condição de membro integrante de família carente será avaliada por comissão criada no âmbito das faculdades ou universidades estaduais para esse fim.

Art. 3º - A condição de membro integrante de família carente será avaliada pela comissão levando principalmente em consideração a renda familiar do vestibulando, atendendo as peculiaridades regionais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) CESAR SILVESTRI

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Plauto Miró Guimarães, Basílio Zanusso, Algaci Tulio, Luiz Carlos Zuk, Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 233/99, que isenta do pagamento de taxa de vestibular os alunos egressos da escola pública estadual, de autoria do deputado Ricardo Maia, pretende, com o maior acatamento e respeito, alterar os critérios para concessão de isenção do pagamento do valor de inscrição do vestibular nas faculdades e universidades estaduais aos vestibulandos provenientes das escolas públicas da rede estadual de ensino.

A emenda substitutiva apresentada só concede isenção aos vestibulandos pertencentes a famílias carentes, segundo avaliação procedida pelas próprias entidades de ensino.

Isso ao invés de se conceder a isenção indiscriminadamente, a todos os vestibulando que tenham concluído o 2º grau nas escolas públicas da rede estadual de ensino.

Três motivos, pelo menos, justificam essa emenda justificativa:

1) a disposição legislativa só vai proteger os vestibulando considerados carentes, não beneficiando aqueles que têm condição econômica de pagar a sua inscrição ao vestibular;

2) não prejudica a receita ou o orçamento das entidades de ensino superior estaduais, que atualmente possuem autonomia administrativa e financeira e por isso arrecadam taxas de inscrição ao vestibular.

3) da condições a cada entidade de ensino superior estadual de avaliar em sua região de atuação, de maneira prudente e criteriosa, quem pode usufruir o benefício ao invés de outorgá-lo de modo linear.

A presente emenda substitutiva, finalmente, não reproduz o artigo 3º do Projeto de Lei nº 233/99, pois entende que a disposição legislativa diz respeito a autonomia universitária e não precisa de regulamentação pelo chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 87, inciso V, da Constituição do Estado do Paraná.

É a justificativa.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Emenda modificativa: altera o artigo 1º, do Projeto de Lei nº 233/99, ficando com a seguinte redação:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento de taxa de vestibular nas universidades estaduais e nas faculdades estaduais os vestibulandos que tenham cursado o último ano do 2º grau (ensino médio) em escolas públicas da rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento:

Cesar Silvestri, Durval Amaral, Hermas Brandão, Antonio Anibelli.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda fixa que o último ano do 2º grau (ensino médio) cursado em escolas públicas da rede estadual de ensino no Estado do Paraná, permite a cessão de tal benefício para estudantes.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Emenda aditiva: acrescenta um parágrafo único, ao artigo 1º, do projeto de lei nº 233/99, com a seguinte redação:

Art. 1º - ...

Parágrafo Único - A cessão de que trata este artigo ficará condicionada a que o interessado apresente no momento da inscrição ao concurso de vestibular, uma comprovação de renda familiar inferior a 04 (quatro) salários mínimos.

Sala das Sessões, em 22.02.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento:

Cesar Silvestri, Durval Amaral, Hermas Brandão, Antonio Anibelli

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda visa equacionar e clarear a compreensão do texto, deixando expresso a abrangência do tema especialmente para as famílias carentes de nosso Estado.

O projeto retorna à C.C.J..

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/99, de autoria do deputado Péricles H. Mello, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.. (Publ. no D.A. nº 74, de 21.06.99).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 344/99

Do Projeto:

O presente projeto de lei de autoria do deputado Péricles Hollebem Mello visa instituir o programa estadual de incentivo ao esporte amador. Sem dúvida o projeto se reveste de mais elevada importância, dando melhores e maiores condições ao desenvolvimento do esporte no Estado do Paraná.

Ademais, é sabido que do ponto de vista pedagógico o esporte exerce papel de referência para a juventude, servindo como elemento extremamente disciplinado e formado de costumes.

Do Voto:

Sob o aspecto desta Comissão, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHÁ - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 344/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Péricles H. Mello, o presente projeto visa instituir, no âmbito da Secretaria de Estado do Transporte e Turismo Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, com os objetivos nele especificados.

Fundamentação

O programa prevê três aspectos:

1) O incentivo ao esporte amador, por parte do Estado, mediante dotações orçamentárias próprias, através da doação de bolsas de estudo, patrocínio, realização de campeonatos;

2) O incentivo fiscal para a realização de projetos de incentivo ao esporte amador, a ser concedido a pessoa jurídica, contribuinte do ICMS;

### 3) Criação do Conselho de Esporte Amador.

#### Conclusão

O esporte amador é mecanismo de sociabilidade, além de aflorar sentimentos de solidariedade, cooperação e companheirismo, dando novo enfoque a visão individualista das sociedades altamente competitivas hoje reinantes.

Assim sendo, chamada a opinar, conforme lhe outorga o artigo 33, § 7º, do Regimento Interno, este relator manifesta-se Favoravelmente pela aprovação do projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.99.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

#### O SR. DURVAL AMARAL

Para Encaminhar, senhor presidente?

#### (Assentimento)

Nós, não obstante o projeto ser do deputado Péricles que, hoje, prefeito de Ponta Grossa, não estar aqui para defendê-lo, sinto-me na obrigação, por amor ao direito e a constitucionalidade e a constituição de encaminhar esse projeto, pela rejeição, haja vista que ele é completamente inconstitucional. É matéria prevista na Constituição Estadual, no artigo 66, inciso 4 e de competência exclusiva do Poder Executivo, razão pela qual não nos resta outra alternativa, já que estamos votando nesse momento a constitucionalidade do projeto, de encaminhar para rejeição do projeto.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrada a discussão.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Encaminho a votação, senhor presidente.

#### (Assentimento)

Entendo que a Assembleia Legislativa do Paraná não pode se colocar contra o esporte amador do nosso Estado. Ainda, há pouco ouvimos a manifestação do deputado Nereu Moura, anunciando que o governo desistiu de organizar e realizar os Segundos Jogos Mundiais da Natureza. Os Jogos Mundiais da Natureza realmente foram uma das razões e dos motivos, que impediu no Paraná o prosseguimento de uma série de programações desportivas, que visam dar o apoio e amparo ao esporte amador em nosso Estado.

Lembro-me, falando do Vale do Ivaí, dos jogos abertos, que desde 1975, tinha essas competições organizadas todos os anos, sempre um município sediado e que, infelizmente, neste período do governo Jaime Lerner, nesses seis anos, não mais se realizou uma única vez, por falta de apoio do Estado e em alguns casos por falta de apoio das prefeituras municipais. Vejo que a preocupação que teve o deputado Péricles Mello em instituir esse programa de incentivo ao esporte amador é uma iniciativa que a Assembleia Legislativa não pode deixar de a ela se

somar porque afinal de contas o desporto amador é uma forma de nós darmos à juventude uma ocupação, dar à juventude uma oportunidade, dar às nossas regiões a oportunidade de organizar seus jogos regionais e não apenas ficarmos reféns dos jogos da natureza, que tanta notícia ruim trouxe para todos nós, a ponto de estar aí protocolado o pedido para constituição de uma CPI. Por isso, deputado Durval Amaral, gostaria que Vossa Excelência repensasse o encaminhamento que fez e que nós pudéssemos votar favoravelmente este projeto. Para que o desporto amador tivesse, da Assembleia Legislativa uma manifestação de apoio, de solidariedade, coisa que, infelizmente, não vem acontecendo. Portanto encaminho pela aprovação, em 1ª Discussão do Projeto do deputado Péricles.

#### O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, a minha origem também é muito ligada ao esporte amador de Curitiba, da região metropolitana e do litoral do Estado também, e tenho constantemente procurado dar o incentivo para que o esporte amador não acabe, e neste sentido ainda hoje está à Mesa um voto de congratulações a nova presidência da Associação do Esporte Amador do Paraná, que tem na pessoa do desportista, Hélio Cury, que assume esta Presidência. Eu pediria ao deputado Durval Amaral, é um projeto autorizatório, até porque vai precisar de algumas Emendas porque ele fala aqui em Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, que já mudou também essa nomenclatura. Que aproveemos o projeto, que se coloque emenda mas que não se tire o direito dos Parlamentares, a maioria aqui tem ligação com o esporte amador, eu, sinceramente não posso votar contrário, vou votar favorável ao projeto e provavelmente até colocar alguma Emenda, na próxima votação.

#### O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Só para elucidar, porque não posso mais encaminhar, a posição da liderança do governo é pela inconstitucionalidade do projeto, não estamos entrando no mérito. A 1ª votação nós temos que votar a constitucionalidade, o projeto é claramente inconstitucional, razão pela qual encaminhamos pela rejeição a esse projeto.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Para contra argumentar o que disse o deputado Durval Amaral eu vejo aqui o Parecer da CCJ, relatada pelo deputado Beto Richa, e firmada por diversos senhores deputados: - sob o aspecto dessa Comissão, somos de Parecer Favorável. Portanto a questão da constitucionalidade foi devidamente analisada pela CCJ, que não encontrou nenhum vício de constitucionalidade, no projeto.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Encaminho um esclarecimento ao líder do Governo. Quero que o ilustre líder acompanhe a decisão



da maioria da CCJ que deu Parecer Favorável na sua constitucionalidade.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Senhores deputados que aprovam o projeto de lei nº 344/99, permaneçam como estão. APROVADO.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação. Senhores deputados que votam favoravelmente ao projeto queiram levantar-se.

Vinte e um deputados votaram favoravelmente.

Senhores deputados que votam contrário ao projeto queiram levantar-se.

Treze deputados são contrários ao Projeto.

Está aprovado o Projeto.

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/99 de autoria do deputado Divanir Braz Palmas, que concede o título de cidadã Benemerita do Estado do Paraná, a irmã Firmina Maria. Com Parecer Favorável da C.C.J. com, Emenda da C.C.J. (**Publ. no D.A. nº 86, de 03.08.99**).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 399/99

#### P A R E C E R :

De autoria do Deputado Divanir Braz Palma, o presente Projeto de Lei, tem por finalidade conceder o Título de Cidadã Benemerita do Estado à irmã Firmina Maria, que realiza um excelente trabalho aos idosos carentes.

Somos de Parecer Favorável, na forma da emenda corretiva anexa, com o objetivo de adequá-la às normas legislativas.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 390/99

O artigo 1º deste Projeto de Lei, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à irmã Firmina Maria”.

Sala das Comissões, em 06.08.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente;

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Eu faria uma solicitação diante do adiantado da hora, que todas as concessões de títulos sejam por votação secreta. Consulto o deputado Divanir se nós poderíamos deixar para a próxima sessão.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Nós havíamos conversado, o deputado, autor da lei de Cesar Silvestre, de que doravante os projetos de benemerência sejam limitados de acordo com os partidos, mas ele nos adiantou que ia fazer um pedido a Vossa Excelência que o meu projeto fosse o divisor.

Então, eu fiquei feliz porque eu gostaria que fosse votado esse projeto da Irmã Firmina.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos proceder a votação, mas voto secreto.

O SR. CESAR SILVESTRI

Senhor presidente, deputado Divanir Braz Palma, já adiantou a solicitação que eu faria a Vossa Excelência que a partir desse projeto que nós estamos votando, que as votações futuras não apenas fosse secretas, mas que também fossem consultados partidos políticos de acordo com a lei que nós apresentamos que foi votado nesta Casa e sancionado pelo senhor governador.

Eu só quero fazer aqui uma consulta a Vossa Excelência se os projetos que já foram votados nas comissões, que já estão aptos a serem votados já serão para a nova legislação ou Vossa Excelência ainda fará com que ele ainda fará com que eles entrem na Ordem do Dia, seguindo a legislação anterior?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eles vão entrar na Ordem do Dia, seguindo a legislação anterior, mas só que para aprovarmos ou não vamos usar já a Resolução 02/2000, que é votação secreta, com consulta aos partidos políticos. O que foi apresentado hoje pelo nobre deputado do Algaci Tulio será dentro das novas normas da lei.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço a Vossa Excelência, pela compreensão e pedir aos nobres deputados também, devido ao adiantado da hora que na próxima sessão trarei o currículo da Irmã Firmina, e pediria a todos que acompanhassem nessa votação favorável e na próxima sessão trarei os dados da Irmã firmina, mostrando que realmente ela merece receber esse título.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário, Nelson Tureck, que faça a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(**Procede a chamada nominal dos senhores deputados**).

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Votaram 36 senhores deputados: 35 votaram a favor e 1 voto contra. **Aprovado** projeto que concede Título de Cidadão Honorário a irmã Firmina Maria.

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/99 de autoria do deputado Neivo Beraldin, que outorga competência ao secretário de Estado da Fazenda, para dispor a redução do percentual do ICMS cobrado na comercialização do feijão de 12% (doze por cento) para 7% (sete por cento). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.A. (Publ. no D.A. nº 86, de 03.08.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 391/99**

**Do Projeto**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Beraldin visa outorgar competência ao secretário de Estado da Fazenda para dispor a redução do percentual do ICMS cobrado na comercialização do feijão de 12% (doze por cento) para 7% (sete por cento).

Como justificativa o autor indica ter o Estado do Paraná uma das maiores alíquotas para o produto, fazendo com que os produtores paranaenses percam competitividade no mercado nacional.

**Do Voto**

Por ser projeto com característica eminentemente indicativas para o cumprimento e discernimento do executivo, nada obsta sua tramitação normal.

**Parecer Favorável.**

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHA - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 391/99**

**Do Projeto**

Visa o presente projeto de lei, de autoria do eminente deputado Beraldin, outorgar ao secretário da Fazenda a competência para reduzir o percentual do ICMS cobrado na comercialização do feijão, indicando o percentual a ser reduzido, ou seja, de 12% (doze por cento) para 7% (sete por cento).

**Do Parecer**

Mencionado projeto de lei não fixa um percentual a menor, apenas autoriza o secretário da Fazenda a, assim entendendo o governo do Estado, fazer a redução do percentual do ICMS. O percentual indicado pelo autor do projeto a ser reduzido (de 12 para 7%), ou seja, 5% (cinco por cento) não chega a ser de valor significativa para a arrecadação estadual. Entretanto, para os produtores de feijão, na grande maioria pequenos proprietários rurais estabelecidos nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado, será de grande benefício. Também a adequação dos valores perante o orçamento do Estado fica facilitada na medida em que a autorização dada ao secretário da

Fazenda para reduzir o percentual não fixa prazo para que tal ocorra.

**Do Voto**

Pelas considerações acima, este relator manifesta-se Favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ FERNANDES DE SILVA LITRO - Relator

**COMIÇÃO DE AGRICULTURA**  
**PROJETO DE LEI Nº 391/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beraldin, tem por objetivo outorgar competência ao secretário de Estado da Fazenda para dispor a por objetivo outorgar competência ao secretário de Estado da Fazenda para dispor a redução do percentual do ICMS cobrado na comercialização do feijão de 12% (doze por cento) para 7% (sete por cento).

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

DIVANIR BRAZ PALMA - Relator

Aprovado.

**O SR. BERALDIN (Justificativa de Voto)**

Senhor presidente, senhores deputados. o que votamos aqui é no sentido de diminuir o ICMS feijão no Estado do Paraná de 12 para 7%. No entanto, conversando com alguns colegas deputados e atendendo à solicitação dos deputados, vamos, em 2ª discussão, apresentar uma emenda de 12 para custo zero. Visto que precisamos prestigiar aqueles que plantam feijão no Paraná.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)****ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que determina que o governo do Estado publique no Diário Oficial os pagamentos efetuados pela sua administração direta ou indireta. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 99, de 18.08.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 444/99**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 444/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, determina que o governo do Estado

publique no Diário Oficial os pagamentos efetuados pela sua administração direta e indireta.

O artigo 27 da Constituição Estadual dispõe que “a administração pública direta, indireta ou fundamental, de qualquer dos Poderes do Estado e dos municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade...”

A Constituição Estadual, ainda no artigo 27, parágrafo 9º, prescreve que “as contas da administração pública direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista, ficarão, durante sessenta dias, anualmente, em local próprio da Assembléia Legislativa, à disposição, para exame e apreciação, de qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da lei”.

As disposições acima citadas demonstram a importância da publicidade para a administração pública da transparência dos respectivos atos, como requisitos de eficácia e moralidade no trato da coisa pública. O Projeto de Lei em análise não fere os dispositivos citados e contribui oferecendo maior publicidade de atos da Administração Pública.

Isto posto, emitimos nosso Parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 444/99, por considerá-lo constitucional, legal e na forma da técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 444/99

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 444/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, determina que o governo do Estado publique no Diário Oficial os pagamentos efetuados pela administração direta ou indireta. O projeto em tela procura dar maior observância a preceitos de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade previstos tanto na Constituição do Paraná quanto na Constituição Federal, no que se refere ao exercício e à prestação de contas da administração pública. Portanto, emitimos Parecer Favorável, no sentido de que tal proposta siga seus trâmites para melhor análise dos senhores parlamentares.

Sala das Comissões, em 24.11.99.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

A SRA. SERAFINA CARRILHO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de justificar o meu voto para Maringá, porque sei que vou ser malhada lá. Votei sim e o meu voto, a minha cédula está rasgada no cantinho, para provar que votei para a irmã Firmina de Maringá. Quero que o presidente veja isso aí.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A deputada votou e a presidência não tem como definir quem votou favorável ou contra. Foi aprovado o projeto.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

A deputada Serafina quer esclarecer que teve apenas um voto contrário.

E como ela é de Maringá e a Proposição é do Deputado Divanir, que é de Maringá, pode dar a entender que ela, evidentemente, possa ser o único voto contrário, não contra a irmã, mas por ser, quem sabe, uma adversária.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

É por isso.

O SR. ALGACI TULIO

Então, ela está justificando que ela votou favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está nas notas taquigráficas a sua declaração de voto favoravelmente.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

Favoravelmente, e eu cortei o cantinho da cédula. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/2001, de autoria dos deputados Caíto Quintana e Luiz Carlos Zuk, que prorroga o prazo definido na Resolução nº 10/2000, para apresentação das Emendas de Revisão Constitucional, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21.02.2001).**

#### COMISSÃO EXECUTIVA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de resolução, de autoria dos deputados Caíto Quintana e Luiz Carlos Zuk, tem por objetivo prorrogar o prazo definido na Resolução nº 10/2000, para apresentação das Emendas de Revisão Constitucional.

Entendemos a necessidade de um novo prazo, por mais 30 dias, para apresentação de emendas ao processo de revisão constitucional, opinamos pela aprovação do presente projeto de resolução.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 21.02.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 109, de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Martins e Algaci Tulio,

constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 157, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** (A matéria acha-se publica no final desta Ata).

Requerimentos nºs 161 a 163, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 164, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 168, 169 e 184A, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 172, 184B e 184C, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 178, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 182, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Encaminha-se à Comissão Executiva.**

Solicito, de acordo com o artigo 41 do nosso Regimento Interno, que o nosso 1º vice-presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - deputado Élio Rusch, proceda as instalações das Comissões na próxima quinta-feira, dia 1º de março. Então, o dia 1º de março será dedicado nesta Casa à instalação das Comissões dos senhores deputados, este ato será presidido pelo nosso vice-presidente - deputado Élio Rusch.

O SR. CHICO NOROESTE (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito de Medianeira, o prefeito Suziki, que se encontra aqui ao lado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente, marcando outra para dia 05 de março à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 001, 002, 003, 004 e 005/97

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 104, 313, 344, 390, 391, 444, 457, 458, 484, 600 e 616/99.

Levanta-se a sessão.

### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2001.

#### “Constituição do Forum de Entidades da Sociedade Contra a Privatização da Copel”

As Entidades que este subscrevem, e após ouvido os presentes no Fórum contra a Privatização da Copel, realizado no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 21 de fevereiro de 2001, resolvem criar o Forum de Entidades da Sociedade Contra a Privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com a finalidade de mobilizar a sociedade Paranaense contra dilapidação do patrimônio público, neste caso representado pela Copel, empresa estratégica para o desenvolvimento do Estado.

Firmam este ato de constituição, os representantes das entidades que abaixo segue, fazendo as seguintes considerações.

Partidos	Presentes
* PT	* PDT
* PMDB	* PSTU
* PPS	* PC do B
	* PTB

CREA-PR - CONSELHO REG. ENG.  
 SENGGE-PR - SINDICATO DOS ENGEH.  
 UDM - UNIAO BRASILEIRA DE  
 SINDESPAR - SINDICATO DOS DESE  
 SINDENEL - SINDICATO ELETRICIT  
 CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - PR  
 SINDELPA - SINDICATO DOS ELETRICIT  
 SINDIJOR - SINDICATO DOS JORNALISTAS  
 PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT/PZ  
 SINEFI - SINDICATO DOS ELETRICITARIOS  
 PCdoB - MILTON ALVES  
 UPES - Edemilson Argenta  
 SINDAEN - SINDICATO DE AGUA  
 DA REGIAO NOROCC  
 - CASSIO S. CARAI

Wilson Prevedo  
 Ass. Dir. UJS Uniao de Jur.

STEEM - SIND. DOS ELETRICITARIOS  
 GA E REGAO NOROCC.

f. Carreira

### LISTA DE PRESENÇA

[illegible]

### LISTA DE PRESENÇA

[illegible]



